

Estúdio Transversal: espaços para respirar

Coordenadores: Cezar Shundi Iwamizu, Cristiane Muniz, Eduardo Ferroni, Francisco Fanucci, Maira Rios e Vinicius Andrade.

Pesquisa: Disciplina oferecida aos alunos de 1º a 5º ano da Escola da Cidade no segundo semestre de 2020.

O Estúdio Transversal foi concebido como um experimento radical em um semestre no qual o processo de ensino-aprendizagem se pautou pelo enfrentamento de questões reais e atuais de nossas cidades contemporâneas e resultou no engajamento de todos os professores, estudantes e coordenadores do curso de graduação desta instituição de ensino em torno de um único grande projeto, realizado durante o segundo semestre de 2020.

Em resposta às condições de distanciamento impostas pela pandemia do Covid-19 no Brasil e no mundo — e diante das restrições por esta colocadas à comunidade acadêmica — decidimos alargar a grade curricular regular para propiciar uma experiência pedagógica extraordinária, transdisciplinar e coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar em uma reflexão acerca dos “espaços para respirar” na cidade de São Paulo.

Os estudantes se organizaram em equipes verticais — reunindo alunos do primeiro ao penúltimo ano da graduação — e contaram com a orientação de professores das diversas disciplinas do curso. Os projetos se desenvolveram por meio de encontros virtuais, intercalados com discussões em grupo, coordenadas pelos orientadores, entre duas ou mais equipes e avaliações processuais e sucessivas ao longo do semestre.

As disciplinas regulares do curso adequaram seu conteúdo programático e reorientaram suas dinâmicas, estabelecendo pontos de diálogo e tensionamento, atuando assim, a um só tempo, como apoio e contraponto ao trabalho desenvolvido no Estúdio Transversal, tomando parte nos processos de avaliação do projeto em suas diversas etapas.

O tema proposto para o projeto, Espaços para respirar, era uma provocação e um chamado à reflexão e à busca por soluções propositivas, originadas a partir de uma leitura crítica de uma realidade sufocante e abertas à diversidade de abordagens do tema.

A partir do reconhecimento da crise de questões urbanas que se agravam e se desdobram na capital paulistana devido à pandemia, a elaboração dos projetos pressupôs o diálogo com diversos interlocutores nas localidades de estudo propostas pelas equipes, com o objetivo de transpor, ao menos em parte, as barreiras impostas pelo distanciamento físico.

Entendemos, nesse exercício, o projeto de forma ampla e diversa, como ferramenta de reflexão crítica e de construção de horizontes possíveis para transformar a realidade urbana a partir da contribuição de conhecimentos de todas as disciplinas.

A breve experiência do Estúdio Transversal, resposta ao momento em que vivemos, se amparou em várias disciplinas verticais realizadas em nossa instituição de ensino há vinte anos, e em experiências de diferentes instituições de outras localidades, adaptadas à realidade e escala de nossos problemas. Significou ação pedagógica, de caráter essencial e integral, que propôs um único trabalho realizado por equipe vertical, durante todo o semestre letivo, avaliado coletivamente por todas as disciplinas da Escola.

Esperamos que essa prática alimente debates sobre novas formas de ensino de arquitetura e urbanismo, sobretudo na busca de um fazer coletivo e na construção da desejada transdisciplinaridade. Os trabalhos apresentados aqui são uma pequena amostra das diversas pesquisas e abordagens desenvolvidas.

CIDADE E APAGAMENTOS

Alexandre Duarte Bassani, Beatriz Hinkelmann, Luiza Gibertoni Leite, Nara Gonçalves Albiero, Pedro Flosi Trama e Thiago Costa Neto

Orientação: Profa. Dra. Marianna Boghosian Al Assal (Escola da Cidade) e Prof. Ms. Luís Mauro Freire (Escola da Cidade)

1. MEMÓRIA E CIDADE

Este trabalho relata a experiência de pesquisa ocorrida no segundo semestre de 2020 para a matéria de Estúdio Transversal. O tema norteador para o desenvolvimento dos projetos era "espaços para respirar". Após muitas discussões sobre a temática, o grupo chegou à conclusão de que, para que fosse possível projetar espaços de respiro, antes deveríamos enfrentar as asfixias presentes no contexto urbano.

O trabalho se estabelece a partir da compreensão de que a cidade está intimamente conectada com o campo social da memória. Pois, sendo este um palco de disputas sociais constantes, envolve uma definição de hierarquias entre as narrativas presentes e a perpetuação de discursos como instrumento de poder que enfatiza crônicas e sistemáticas opressões de grupo (LE GOFF, 1990). Isto é, as vozes que atuam no campo são representadas por agentes sociais específicos, os quais possuem valores e interesses e atuam a partir de lugares sociais também determinados (JELIN, 2017).

Nesse sentido, versões hegemônicas, na maioria das vezes, refletem posições de grupos em situação de dominância e privilégio, dado que o acesso às instâncias de autenticação de discursos é mais fácil para essas classes. Assim, como afirma Walter Benjamin, a história sempre se coloca empática ao vencedor, sendo uma vantagem natural aos dominadores de cada momento. A partir dessa noção, afirmamos que a cidade é um fator de espacialização dessas disputas (SCHINDEL, 2009), que se apresenta como suporte para a manifestação dos agentes sociais nos veículos da memória — ou seja, nos aportes materiais ou imateriais que são capazes de transmitir narrativas (CATELA, 2001).

Além disso, dado que as memórias são transcritas no espaço urbano (SCHINDEL, 2009), a construção da cidade é também realizada pelas condições de hierarquia entre valores e grupos sociais (GORELIK, 2009). As sobreposições e reconstruções da cidade estabelecem vínculos simbólicos com parcelas determinadas da sociedade e as ideologias que são transmitidas (ENGELS; MARX, 2001). Entende-se, portanto, que os edifícios e intervenções urbanas são erguidos a partir de narrativas sobre a memória, mas por estarem dispostos na trama urbana, também passam a atuar como produtores de sentido sobre fatos e lugares (GORELIK, 2011).

Podemos considerar que o território da cidade se instrumentaliza a partir de asfixias de memória, as quais por sua condição de subalternidade são historicamente soterradas em tentativas de apagamento (TRAVERSO, 2007). Os mecanismos de apagamento são múltiplos e atuam na construção da cidade tanto no plano simbólico como na sua concretude (BEIGUELMAN, 2020). A compreensão de que as memórias são transladadas aos espaços implica que os diferentes grupos sociais se identificam a partir de suas marcas nos múltiplos sítios, que constituem também um campo de disputas e reivindicações (JELIN, 2017). As narrativas sobre os lugares talvez sejam a forma mais acessível de entender os antagonismos que constroem os apagamentos, ou asfixias, de memória. Tais narrativas podem categorizar memórias como centrais — e assim, hegemônicas — e locais, que, por sua vez, são entendidas como subordinadas (DOLFF-BONERKÄMPER, 2002).

Contudo, as práticas de apagamento e resistência dessas memórias são sobretudo políticas e sociais, configuradas pelo filtro das memórias que não são compatíveis com as ideologias dominantes (TRAVERSO, 2007). Assim, a sociedade começa a desempenhar um papel de levantamento do que foi excluído de narrativa oficial (HUYSSSEN, 1991). Nesse exercício arqueológico das memórias suprimidas encontram-se as memórias traumáticas, em sua maioria derivadas de estados ditatoriais, genocídios e massacres (DOLFF-BONERKÄMPER, 2002). Essas memórias também são chamadas de memórias difíceis, justamente pela

carga de subjetividade atrelada às vítimas (DOLFF-BONERKÄMPER, 2002).

2. O ARCO

Esse recorte de análise, que no trabalho denominamos "Arco", compreende-se também como a expansão viária da segunda perimetral do centro de São Paulo (NEVES, 2014). Esse eixo pode ser entendido como segunda perimetral já que foi desenvolvido posteriormente ao Plano de Avenidas, o qual determinou a configuração física da cidade a partir da década de 1920. O objeto de estudo foi pensando durante os anos de 1960-1970, em um momento que a região central já estava consolidada e se pretendia expandir essa conexão viária às áreas mais distantes. São Paulo nesse momento se distanciava da compreensão de outras regiões brasileiras: por conta do "boom cafeeiro" do final do século XIX a cidade passou por grandes transformações que a equipararam às cidades emergentes norte-americanas. Essa concepção de cidade foi crucial para entender o projeto político que estava sendo construído para trazer relevância ao país diante do cenário internacional.

Ao longo desse processo as grandes obras viárias ganharam espaço nos discursos políticos, midiáticos e consequentemente populares (NEVES, 2014). O período ditatorial utilizou a ideia de desenvolvimento e progresso do país para se justificar por meio de grandes obras urbanas feitas com recursos públicos, seguindo uma pauta política e econômica dos países capitalistas do norte global (JACQUES, 2020).

Os grandes viadutos eram emblemas de uma época em que a construção civil e a técnica eram muito valorizadas e estavam muito presentes no discurso político como meio de se alcançar o progresso. Foram construídos de maneira descompassada, ao longo de um período de governanças distintas (VILLAÇA, 2011). Entretanto, mesmo com a heterogeneidade de características — lógica estrutural, fases de implantação —, eles podem ser lidos como um sistema que representa um instrumento indireto de violência estatal e propaganda do regime.

O desenho dessas novas vias não seguiu os leitos carroçáveis já existentes, sua execução desapropriou quadras inteiras, cortando os bairros do Glicério, Bixiga

e Liberdade ao meio, fragmentando as dinâmicas internas existentes. Por serem bairros predominantemente residenciais, inúmeras famílias foram desapropriadas em prol dessas melhorias públicas. Foi um verdadeiro soterramento de memórias e dinâmicas espaciais e sociais que existiam até então nesses bairros. Por serem moradias mais populares, não estavam no novo plano de cidade pretendido. Assim, o modelo cidade-periferia foi intensificado, a população de baixa renda que antes vivia de aluguel nas regiões centrais passa a comprar terrenos na periferia, que sem planejamento algum, foi sendo adensada por aqueles que não eram bem-vindos na cidade formal.

As intervenções e obras do regime autoritário militar, em seu modo de fazer o espaço urbano, compreenderam uma política sistemática de apagamento, elaborando novas memórias oficiais e hegemônicas. Tudo aquilo que não cabia nesse novo ideário de São Paulo foi deixado para fora; o que não se conseguiu jogar fora, tentou-se esconder. Assim, a população que resistiu nas áreas centrais foi sendo sufocada por essa nova cidade onde ela não cabia, passando a viver às margens dos viadutos, e até embaixo deles. As construções que contornam o viaduto sofrem uma espécie de obsolescência programada, enquanto o miolo dos bairros enfrenta a especulação imobiliária.

Uma nova dinâmica de cidade se coloca no decorrer do tempo partir dessa reestruturação dos bairros — novos espaços, memórias e dinâmicas sociais foram desenhadas. Não apenas fragmentos anteriores ao viaduto, mas outras referências que se acumularam e se sobrepuseram. A relação da população com o território até hoje é marcada pelas intervenções realizadas no período militar. Esse território teve ainda grande parte de seus espaços modificados pela grande obra de infraestrutura urbana que alterou drasticamente seu relevo topográfico original, sem se atentar às especificidades locais de cada um dos bairros.

Pode-se então entender esse sistema, não apenas o arco de viadutos, mas todas essas sobreposições, também como um território de memória — como um entrelaçado material e imaterial, físico e simbólico, onde se estabelecem relações que marcam, produzem e ressignificam

práticas sociais, que podem estar imersas em uma lógica de referência ao passado ou ao presente (CATELA, 2001).

Questiona-se, portanto, como violências simbólicas podem desencadear narrativas sobre um projeto de cidade que sustenta esse imaginário de progresso referido a um período opressor. Contudo, as violências sofridas no território não se resumem ao período ditatorial. Até hoje a cidade é pensada nos moldes de um urbanismo autoritário e desconexo.

3. PERCURSO

Após realizadas as etapas de enunciação temática e definição do recorte de análise, nos encontramos em condição de consolidar o método de abordagem. Para tanto, ficou evidente em nossas investigações a condição sistemática de operação do Arco, compreendendo tanto o curto intervalo de tempo em que se depreenderam as ações de demolição das preexistências, como da construção dos viadutos e na maneira em que esses retalhos se articularam na implantação e no plano simbólico.

Compreende-se que independentemente da densidade ocupacional ou das condições de topografia se realiza simplesmente um rasgo longitudinal nos territórios existentes. Ademais, a composição enfática dessa grande transformação urbana na paisagem dos bairros do Bixiga, Liberdade e Glicério se apresenta não em tom de interlocução com a cidade, mas de um simbolismo monumentalista e de propaganda do governo vigente. Fica evidente que a perenidade do estabelecido extrapola não só uma visão de cidade determinada, mas que no caráter monumental de suas estruturas consolida e exemplifica de alguma forma a supressão de vozes pela versão hegemônica.

Deste modo, a visão sobre essas produções de sentido, na nossa perspectiva de atuação, deveria promover um movimento pendular entre as memórias locais que foram apagadas e o tensionamento das bases imateriais desse sistema. Nossos estudos esclareceram que existem três perdas primordiais para o estabelecimento do Arco, que se colocam evidentemente em maior ou menor medida ao longo do perímetro.

A primeira circunscreve-se na perda de uma dinâmica de cidade e suas continuidades, evidenciada principalmente no uso e ocupação da rua como extensão das dinâmicas familiares, as quais vão sendo progressivamente diminuídas com o avanço do rodoviarismo e sofrem uma evidente cisão com as novas estruturas. A segunda consiste no desencontro entre via e topografia, desde a limitação de uma única cota, criando situações de estrangulamento de edificações, como até na total desconsideração de um morro. Já a terceira constitui a separação de caminhos e espaços públicos sob a perspectiva do pedestre, desconsiderando talvez percursos existentes pela impressão do traçado do sistema, além de uma criação de espaços residuais pelo martírio de situações passadas.

Assim, buscamos criar um percurso que interligue os bairros do Bixiga, Liberdade e Glicério, que foram drasticamente alterados no processo de expansão da malha viária na cidade de São Paulo. Os três territórios tiveram parte de seu traçado e relevo topográfico original modificados, sem se atentar às especificidades de cada um dos bairros, resultando em processos de apagamento devido à aplicação de um projeto específico de cidade e a inevitável destruição e transformação urbana que se desdobram desse. Com o intuito de encontrar justamente pontos sensíveis — ou seja, lugares onde a supressão de memórias se pontua de forma mais tensionada —, o ato de caminhar permitiu não somente a costura desse território desmembrado, mas também um processo de entendimento da magnitude e da imposição das obras. Reativar a noção do pedestre, além das perspectivas que a trilha informa ao permear as intervenções, a maneira como as perdas imprimidas pelo "complexo elevado Ligação Leste-Oeste" se unem ao trazer à tona as memórias suprimidas. E assim, através desse percurso pedestre tensionar a ideia de sistema criada através desses apagamentos e das memórias presentes nesse processo de transformação urbana.

4. INTERVENÇÕES

Depois desse processo de apreensão e análise do terreno urbano de São Paulo a

partir de seus processos de transformação histórica e social, buscamos analisar a preexistência por meio de três intervenções, situadas em três momentos do nosso percurso, e que nos parecem aludir a ações características de soterramento e apagamento de memória nos bairros selecionados. Assim elencamos três localidades, Bixiga, Liberdade e Glicério, e propomos três intervenções distintas, que devem agir nas especificidades e sensibilidades de cada uma dessas regiões e nos processos peculiares de transformação pelos quais esses bairros passaram.

4.1. BIXIGA

O bairro do Bixiga — parte do complexo de territórios de apagamento que este trabalho propõe — resiste com muito esforço às relações urbanas que a maior metrópole do país tenta estabelecer. Resiste através de suas construções, de seus moradores, de sua cultura e de sua memória.

Certas fissuras criadas no bairro pela imposição de um modelo urbano incongruente com a dinâmica pré-estabelecida deixaram fragmentos de bairro à deriva, desconexos de suas práticas e situações culturais. Os remanescentes de quadras, gerados pela imposição do viaduto fora do eixo viário existente, geraram vazios urbanos, atribuídos como não-lugares dentro da lógica de cidade estabelecida.

Buscando transpor estas barreiras físicas características da cidade, o projeto propõe reconectar o eixo da Rua São Domingos, preexistente à imposição da via elevada, que liga o miolo do bairro do Bixiga ao seu extremo. Por meio de uma passarela entre a Rua São Domingos, e a sua continuidade, agora Rua Luis Porrio, cria-se um ambiente para que o pedestre possa retomar a fruição deste espaço. A Rua São Domingos sempre esteve relacionada ao comércio local e a moradias unifamiliares. Por meio de um complexo de patamares e escadas, ambientes de estar e circular são estimulados abaixo da via elevada.

Uma transposição direta também é feita com o eixo viário que passa abaixo do viaduto, a Rua São Domingos. A transposição direita também é feita com a Rua João Passalaqua, eixo viário que passa abaixo do viaduto, a 6,5 metros abaixo da rua São Domingos. Um espaço livre, um pouco abaixo em relação ao nível da rua,

possibilita diversas atividades em grupo, como feiras, apresentações, encontros e espetáculos, que catalisem a vivência e permanência no espaço público de modo democrático e comunitário.

4.2. LIBERDADE

O foco estabelecido da intervenção no perímetro do morro da Liberdade está principalmente na articulação das cotas que se perderam. Durante os esforços de levantamentos das situações pré-Arco, tornou-se nítida a maneira enfática e sistemática pela qual a topografia do bairro foi escavada e demolida. Assim, compreendeu-se que as visuais que exprimiam as tônicas das dinâmicas entre corpo social e território eram de suma importância para tensionar as relações de apagamento geradas pela Ligação Leste-Oeste.

O projeto foi implantado no meio do canteiro central da Ligação Leste-Oeste, e a partir disso a intervenção se dá em duas frentes, sinalizar e articular. A frente de sinalização se deve ao tensionamento das memórias suprimidas com o estabelecimento da segunda Perimetral, nela se evoca uma subversão da lógica automobilística que literalmente varreu o morro do bairro da Liberdade. Trata-se justamente de recolocar o espaço do pedestre em uma situação muito enxuta para possibilitar a transição entre a avenida e o entorno. Visto que a ligação se sobrepôs diretamente à antiga Praça Almeida Júnior — hoje restrita às árvores sustentadas por um muro de arrimo —, onde também ficava o Teatro São Paulo. Tanto a praça como o teatro eram importantes locais de congregação até a década de 1970, evidenciado pelo fato de que até o dia anterior de a Radial ser aberta crianças brincavam nas pistas, hoje preenchidas por automóveis. Outros equipamentos culturais também foram enterrados, como o Cine Niterói.

Enquanto a frente de articulação entende que é um fato consumado, esse território de memória hoje litiga muito mais com as compressões do apagamento do que com as dinâmicas outrora delimitadas. Nesse sentido, propõe-se uma remodelagem dos fluxos e perspectivas, fazendo emergir questões sobre as perdas significativas para o lugar, recolocando

em pauta o que foi apagado. Isto é, na medida em que se faz um esforço ativo de reposicionar as perspectivas presentes até 1969 (na cota 757, a entrada do Cine Niterói; na 754, a entrada da praça pela rua da Glória; na 751, o topo do Teatro São Paulo; e na 747, a entrada do mesmo), comparando as características de percursos que a praça possibilitava, espera-se que o debate enfatize ações possibilitadas pela intervenção, completando as produções de sentido levantadas em conexão com o percurso sobre o Arco.

4.3. GLICÉRIO

A partir da leitura das memórias e características atuais ligadas ao recorte específico do bairro do Glicério, o projeto propõe rememorar as dinâmicas de lazer perdidas onde antes residia o parque de diversões Shangai.

A intervenção se inicia em uma das quadras do baixio do Viaduto do Glicério, hoje obstruída. Através da sugestão de um trajeto por uma estrutura de andaimes, desemboca em um escorrega de 16 metros de altura entre os cruzamentos de viadutos. É possível percorrer essa estrutura, mas também habitá-la enquanto proporciona suporte para atividades de lazer.

Fisicamente próxima aos viadutos ao longo do percurso, a estrutura e seu enlace final, o escorrega, pretendem tensionar a presença material das obras viárias através das relações de contato, alturas e usos nessa região marcada por eixos viários elevados que excluem as características de escala do pedestre.

Faria Lima
1965 - 1969
Secretário geral de obras:
José Meiches

Paulo Salim Maluf
1969 - 1971
Secretário geral de obras:
Sergio Ugolini

Figueiredo Ferraz
1971 - 1973
Secretário geral de obras:
Octavio Camilo Pereira de Almeida

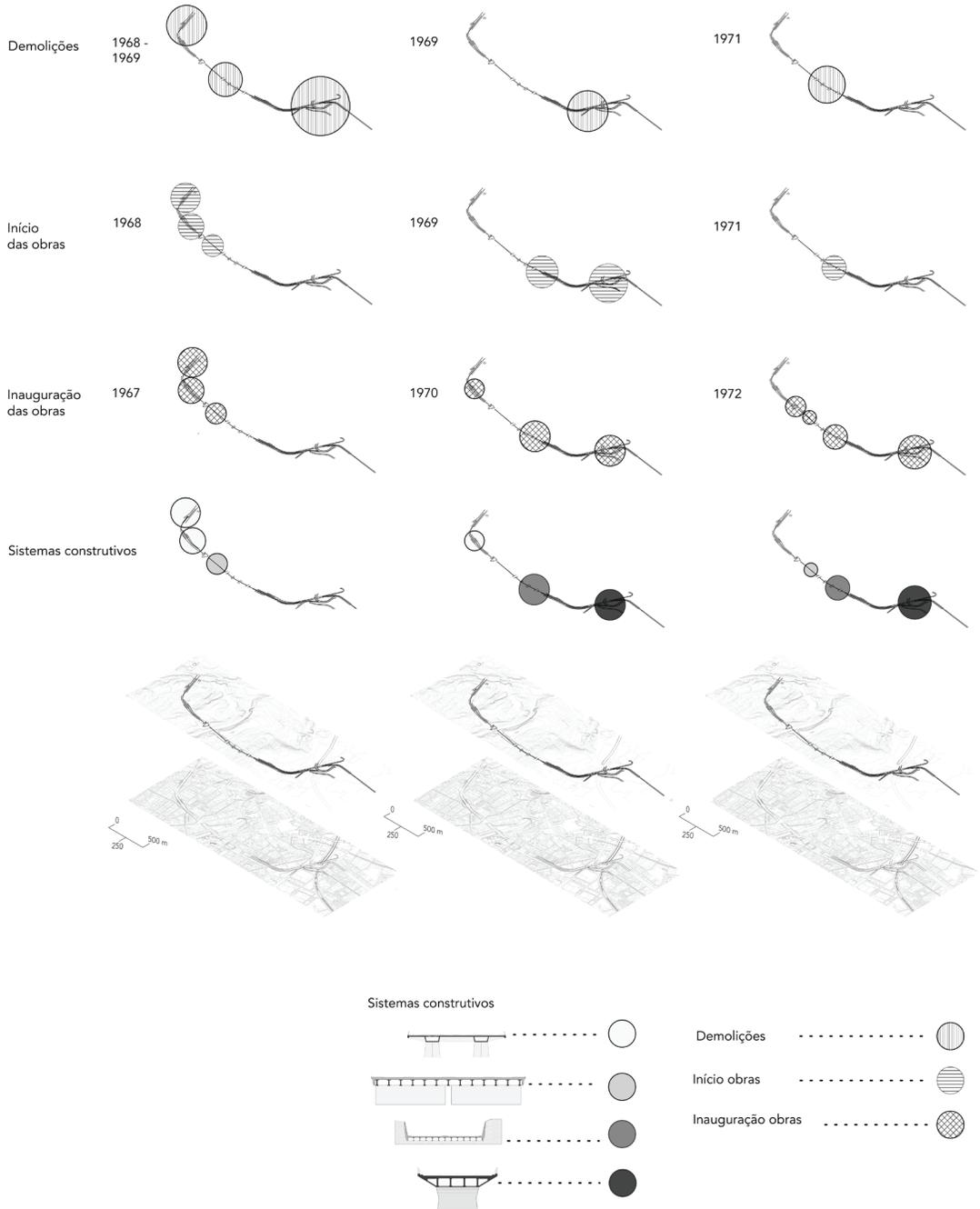
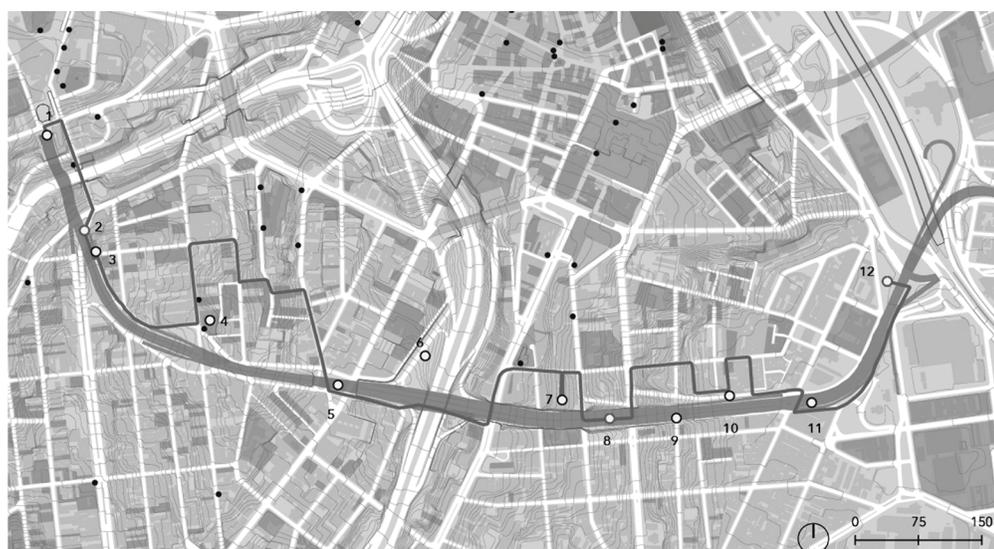


FIG. 1:

Diagrama desenvolvido com o intuito de analisar as diferentes tipologias estruturais presentes ao longo do complexo viário, assim como os locais onde processos de demolição e remodelação marcaram a malha urbana, e os respectivos prefeitos responsáveis pelas realizações das diferentes etapas de implementação do complexo viário.

Fonte: Elaborado pelos autores.



- | | | | |
|--------------------------|-------------------------|------------------------|-----------------------------------|
| ○ 1 vista do arco | ○ 4 casa dona yayá | ○ 7 capela dos aflitos | ○ 10 vila travessa dos estudantes |
| ○ 2 intervenção 1 | ○ 5 pérola byington | ○ 8 intervenção 2 | ○ 11 cooper glicério |
| ○ 3 padaria são domingos | ○ 6 arcos jânio quadros | ○ 9 r. mituto mizumoto | ○ 12 intervenção 3 |

FIG. 2:

Acima, mapa que sobrepõe a malha urbana atual com uma foto aérea da cidade de São Paulo no ano de 1958. Ao meio, mapa que sobrepõe todos os lotes demolidos para construção do Arco na imagem do Google Maps. Embaixo, mapa que delimita os pontos sensíveis em conjunto com o percurso e o Arco.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir das bases disponíveis em: <www.geoportal.com.br/memoriapaulista/satellite-map.gosur.com/google-maps>; PMS, SMUL (2004); DATUM: SIRGAS UTM 23 S (2000).

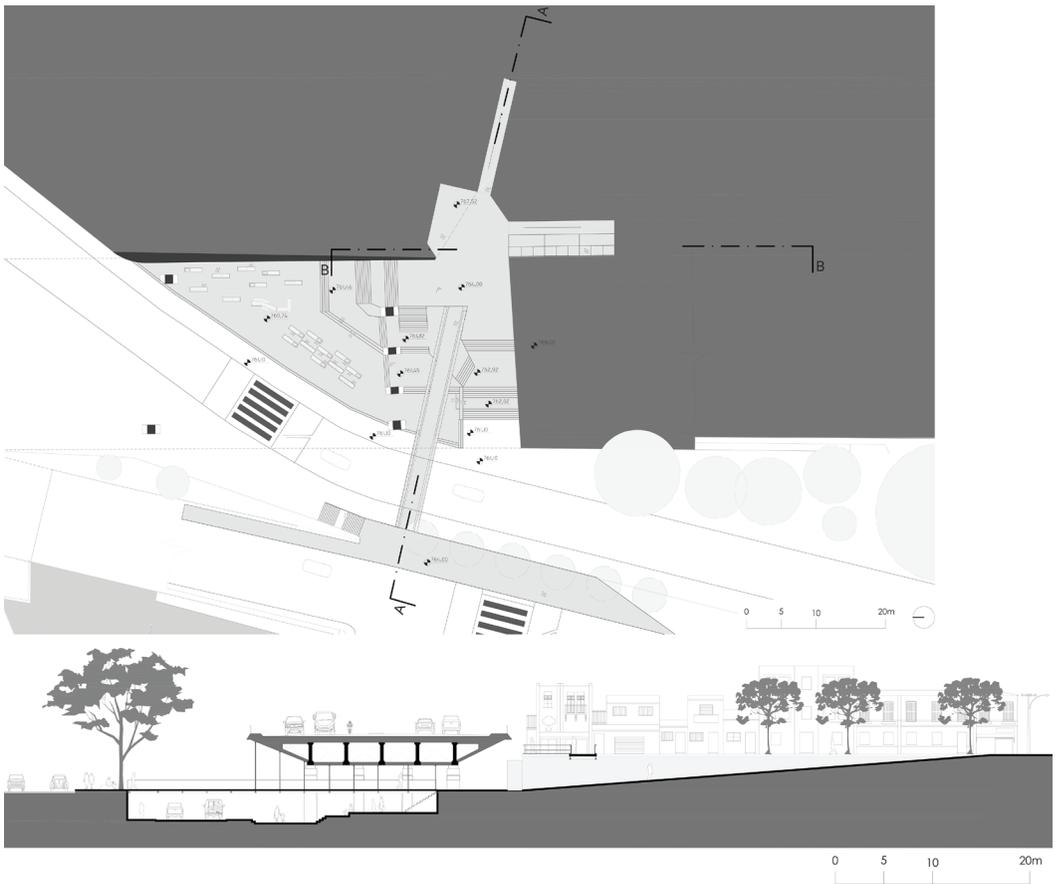
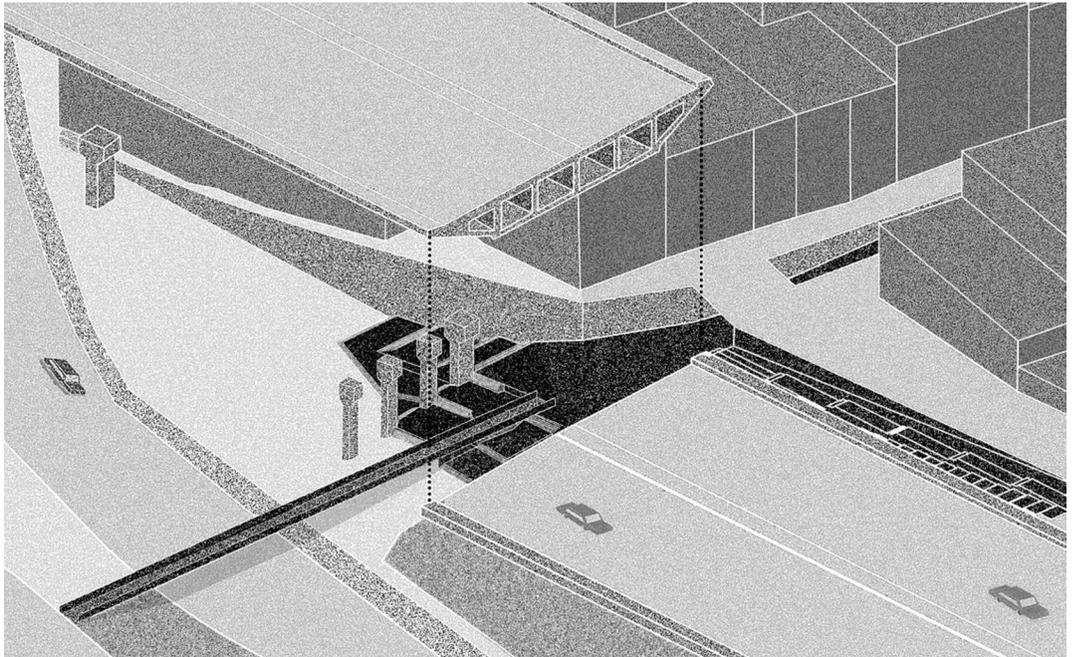


FIG. 3:

Isométrica esquemática do projeto no trecho do Bixiga; planta da cota +764; e corte transversal A do projeto de intervenção.

Fonte: Elaborado pelos autores.

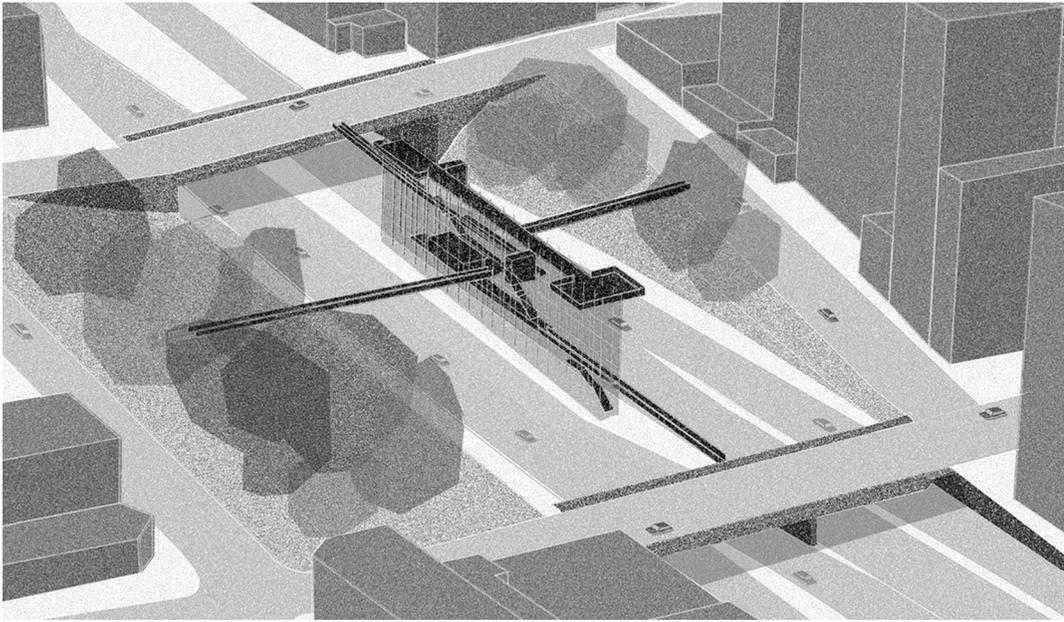


FIG. 4:

Isométrica esquemática do projeto no trecho da Liberdade; corte longitudinal e transversal da proposta de intervenção.

Fonte: Elaborado pelos autores.

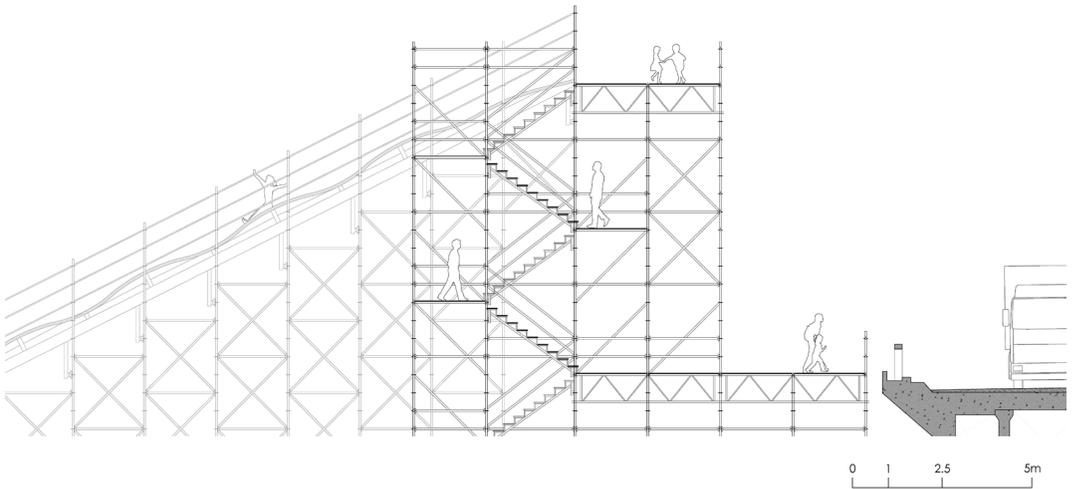
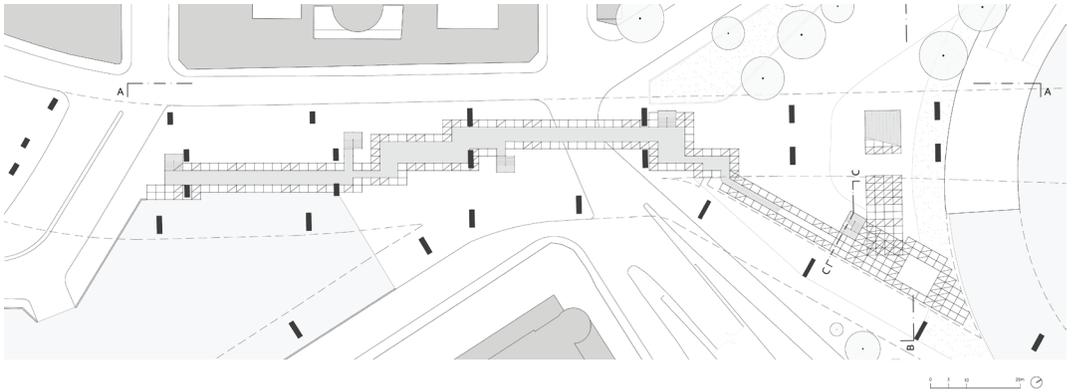
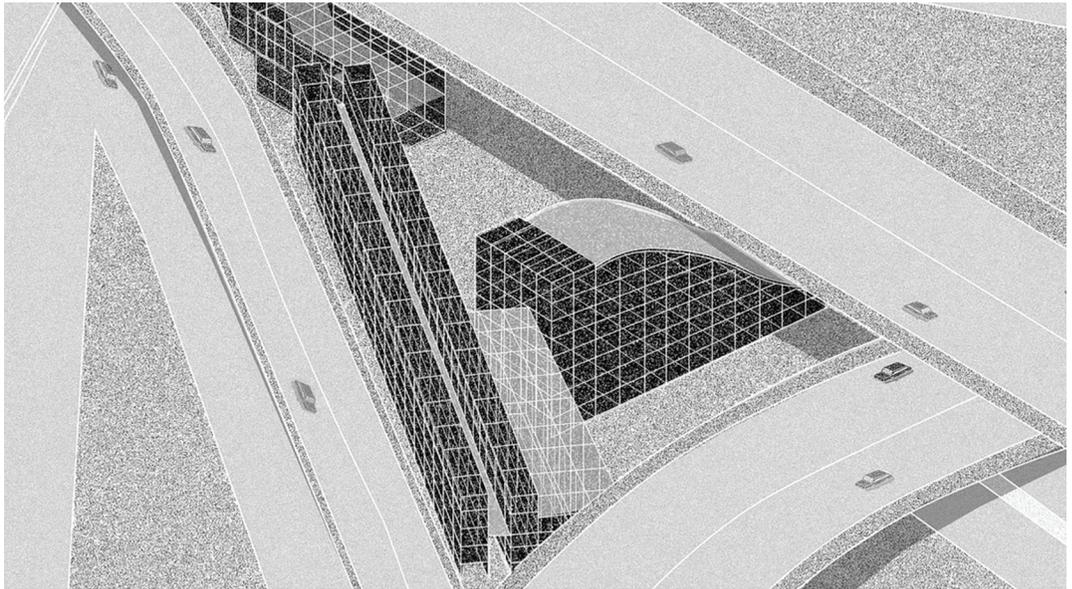


FIG. 5:

Isométrica esquemática do projeto no trecho do Bixiga; planta da cota +4;

e corte transversal do projeto de intervenção.

Fonte: Elaborado pelos autores.

ENTRE TRÂNSITO E TRANSITÓRIO: ESPAÇOS DESGOVERNADOS E DESETERNAS PROPOSTAS DE UM NOVO ESPAÇO PÚBLICO

Camilla Abdallah, Dora Camarero, Maria Clara Calixto de Andrade, Maria Meira Vasconcelos e Tamara Crespim
Orientação: Prof. Ms. Eduardo Gurian
(Escola da Cidade)

1. O QUE SE LÊ, O QUE SE ENTENDE

Primeiramente, é preciso compreender que a necessidade de “espaços para respirar” não se iniciou no período pandêmico do novo Covid-19 foi apenas intensificada pela nova situação. Uma incessante luta contra constantes sufocamentos de uma cidade pós-colonial, ou seja, uma sociedade cuja modernização foi pautada a favor de paradigmas ocidentais de civilização (eurocêntricos, brancos e patriarcais), destrutiva e homogeneizadora de outras formações culturais. Compreendendo isso, enxergamos no conceito de “espaços para respirar” uma ruptura com as estruturas socioespaciais vigentes ao propor uma inversão de hierarquias a partir da ideia de conexão. Com isso, questiona-se as barreiras urbanas na cidade e suas disputas de território.

Dessa forma, esse ensaio de projeto foi consolidado a partir da compreensão das diversas camadas e complexidades do território urbano, em uma tentativa de reaproximação do pedestre com sua função de regulador do espaço público, propondo também a democratização dos fluxos. Escolhemos o Parque Dom Pedro II como ponto central das problemáticas sobre as quais vínhamos nos debruçando. A atual invisibilidade do Rio Tamanduateí na região é resultado de um complexo emaranhado de vias, viadutos e avenidas. O pedestre é conseqüentemente colocado de escanteio em nome do carro. O local de nascimento da cidade de São Paulo é hoje um grande espaço residual de difícil acesso.

2. UMA CIDADE QUE NÃO SE VÊ, MAS QUE SE IMAGINA

Muitas vezes é um desafio distinguir o que é arte e o que é história, e esse é o caráter

da imagem do Rio Tamanduateí. Suas representações e simbologias iconográficas, retratadas ao longo dos séculos, criaram um agente de forte interesse representativo de uma cidade.

Registros como “O Caminho Tupiniquim e Convento na Várzea do Carmo em São Paulo” (1817) representam o início do adensamento no território da vila de São Paulo. Posteriormente, é encomendada à Missão Artística Francesa a pintura “Panorama da cidade de São Paulo” (1821), na qual o pintor Arnaud Julien Pallière substituiu ao longo das margens do rio a presença de escravizados, mulas de carga e possíveis lavadeiras pela presença de cavalos e donos de terras. A mesma pintura viria, dois anos mais tarde, a ser usada como plano de fundo para o retrato oficial de D. Pedro I.

As sucessivas representações de cidade pela iconografia do Rio Tamanduateí procuram territorializar tal espaço como um local de pertencimento às classes mais abastadas, em uma tentativa de apagamento da ocupação de minorias; por exemplo, em quadros como “Costumes de São Paulo” (1835). Em “Vista Geral da Imperial cidade de São Paulo” (1875), observa-se um nítido ideal de modernização — a chegada das ferrovias e o escoamento da produção do café dinamizam a cidade. Pinturas modernistas de Tarsila do Amaral, como “São Paulo” (1924), começam a retratar o crescimento de espaço urbano. Ao mesmo tempo, o rio começa a desocupar a iconografia e se esconde em meio à tanta turbulência.

Dessa forma, o rio e a cidade se tornariam um só corpo à deriva, em constante busca do que seria essa tal representação, a ponto de criar uma cidade que não se vê, mas que se imagina, deslegitimando presenças históricas de grupos sociais ocupantes de uma região, em favor de criar um imaginário construtivo de cidade positivista.

3. CARROS E ESPAÇOS DESGOVERNADOS

Outro elemento de análise das questões trabalhadas e levantadas é o papel estruturador da simbologia do carro, que toma posse como principal mediador do espaço urbano — determinante para a

pavimentação de ruas, cruzamento entre avenidas e o sistema viário da cidade; passando por cima de tudo que for necessário para uma locomoção efetiva. Buscando compreender o carro e as suas consequências físicas no tecido urbano, foi possível visualizar que a alta densidade dos conectores viários acarreta espaços de resíduos degradados e subutilizados, que, por sua vez, excluem os pedestres da cidade.

4. ENTRE TRÂNSITO E TRANSITÓRIO

Essa proposta realiza um percurso que, de forma sensível, conecta os equipamentos públicos existentes na região: o metrô Parque D. Pedro II, o terminal de ônibus, o próprio parque e a Escola São Paulo. Esse percurso propõe não apenas uma conexão em seu sentido prático, mas uma forma do pedestre percorrer as diversas camadas existentes, permitindo que ele entre em contato com diversas cotas e visuais. Sendo assim, a intenção não é solucionar de forma holística a complexidade da área em questão, mas gerar um disparador de reflexão em relação às hierarquias locais.

Busca-se em seu caráter efêmero, não uma data de validade da intervenção, mas que, em seu próprio tempo, a intervenção e as reflexões propostas sejam incorporadas à cidade. Seu desenho distópico, em uma estrutura modular de andaimes, ao ser implementado ao longo do eixo do Rio Tamanduateí, questiona o plano modernizador de avenidas, intervindo de forma tão enfática e monumental quanto tal. Inspirado no pós-modernismo de Peter Eisenman, a intenção é fazer uma releitura dos viadutos e pensar como eles modificam a paisagem, pensando a racionalidade de sua produção ao extremo. Esse ensaio de projeto, ao se posicionar sobre o eixo do rio, tanto nos alarma quanto ao seu apagamento quanto cria uma relação com a sua memória.

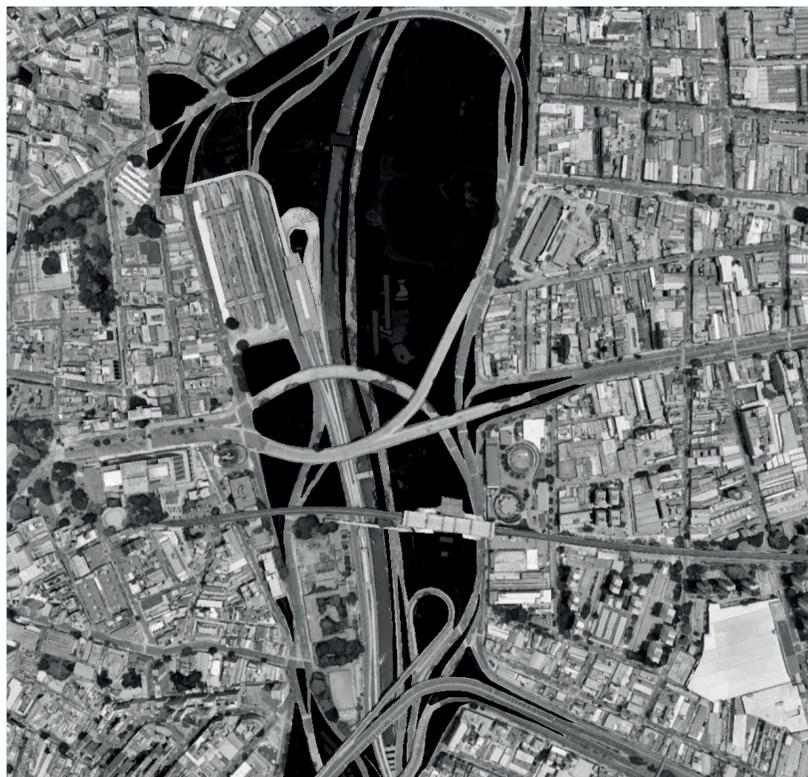


FIG. 6:

Destaque sobre foto aérea dos espaços vazios do rio e margem, e dos equipamentos estratégicos da região: 1. Pátio do Colégio; 2. Terminal de ônibus Parque D. Pedro II; 3. Palácio das Indústrias — Catavento Cultural; 4. Estação do Metrô Parque D. Pedro II; 5. Escola São Paulo.

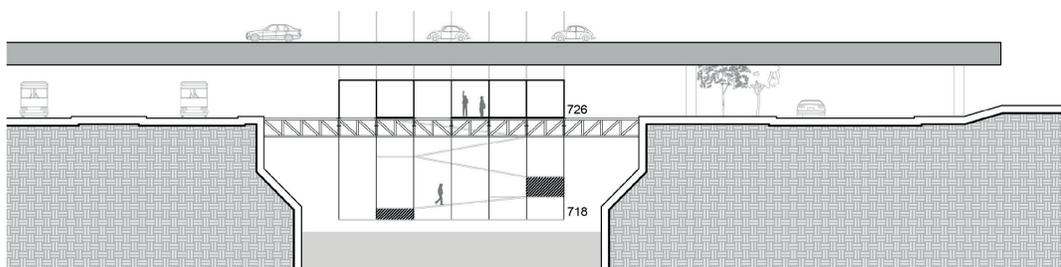
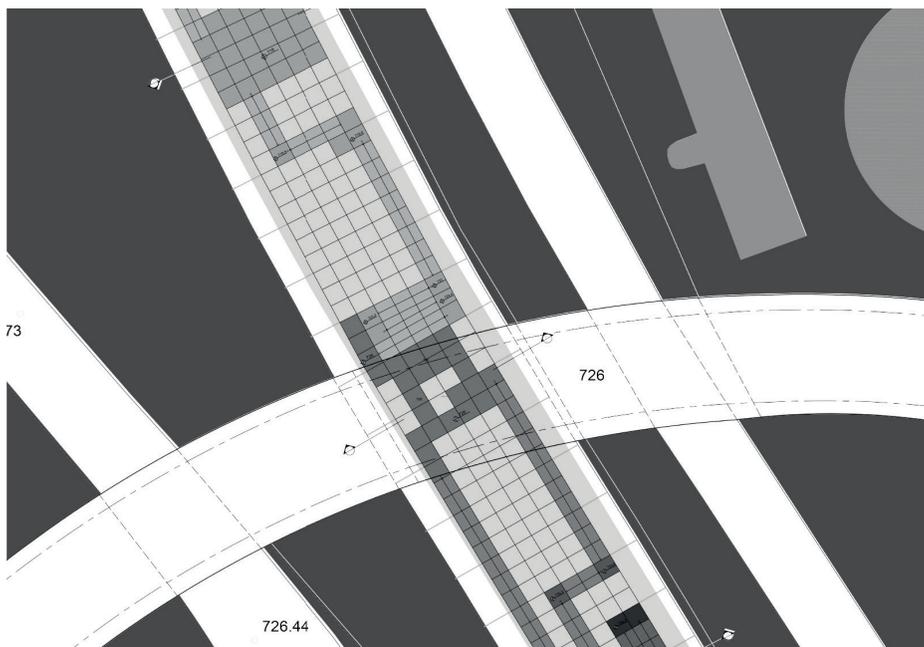
Fonte: Elaborado pelos autores a partir do Google Maps.



FIG. 7:

Planta de implantação do ensaio de intervenção sobre o eixo do rio Tamanduaí.

Fonte: Elaborado pelos autores.



áudio 8



play esta 731,7

áudio 9

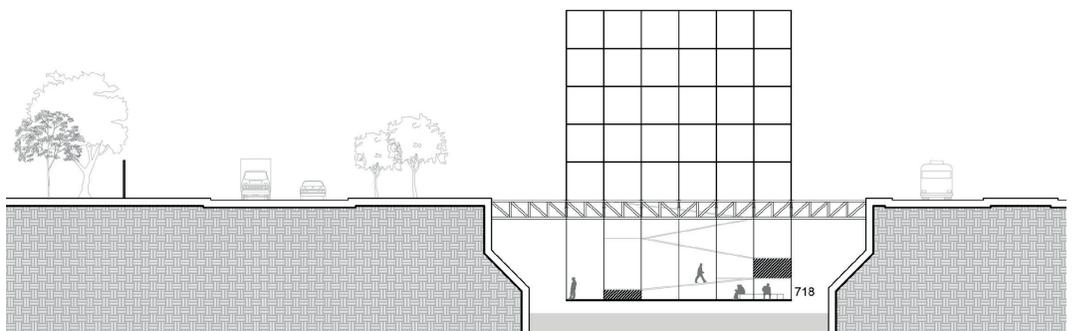
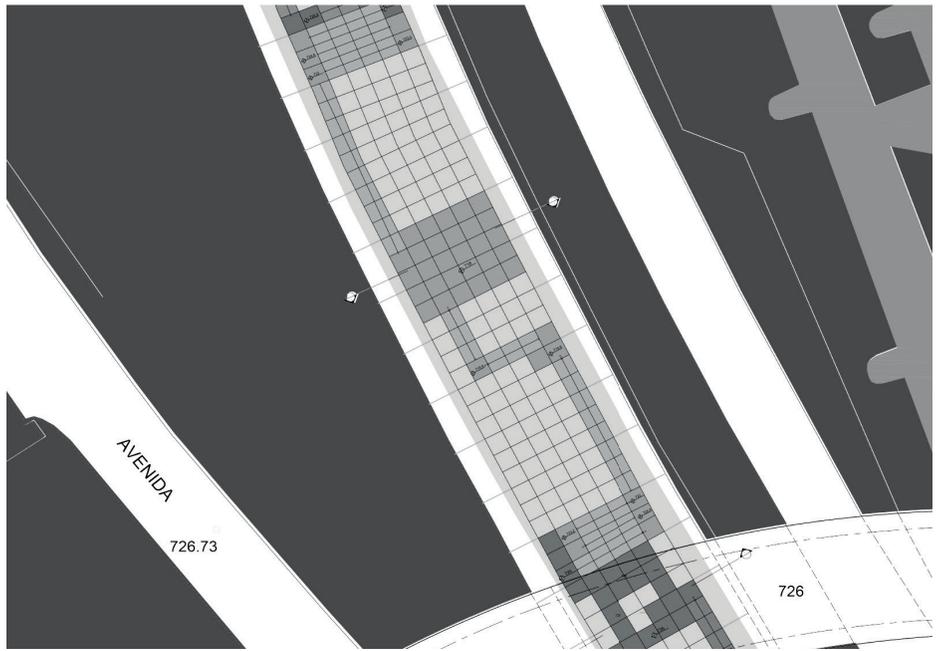


play esta 731,7

FIG. 8:

Detalhe da intervenção proposta representada em implantação, foto montagem e corte transversal da estrutura; acompanhada de QR Code de acesso a áudio-guia que destaca pontos sensíveis do trajeto misturando descrições das autoras, com narração de notícias sobre fatos recorrentes e acidentes ocorridos no local.

Fonte: Elaborado pelos autores.



áudio 10



play cota 726

áudio 11



play cota 726

áudio 12



play cota 726

FIG. 9:

Detalhe da intervenção proposta representada em implantação, foto montagem e corte transversal da estrutura; acompanhada de QR Code de acesso a áudio-guia que destaca pontos sensíveis do trajeto misturando descrições das autoras, com narração de notícias sobre fatos recorrentes e acidentes ocorridos no local.

Fonte: Elaborado pelos autores.

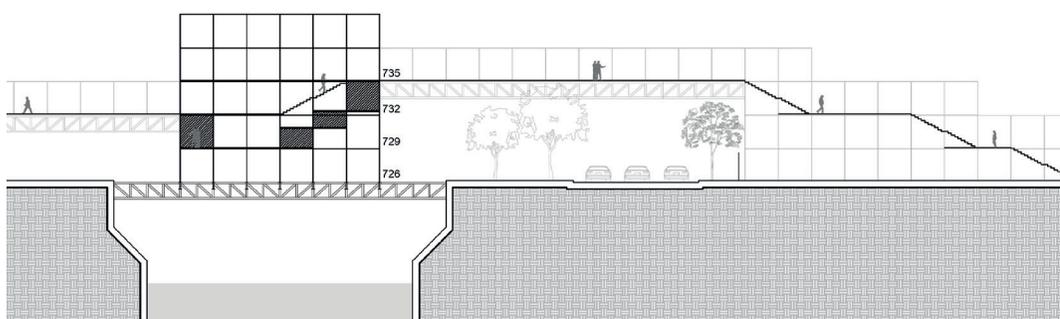
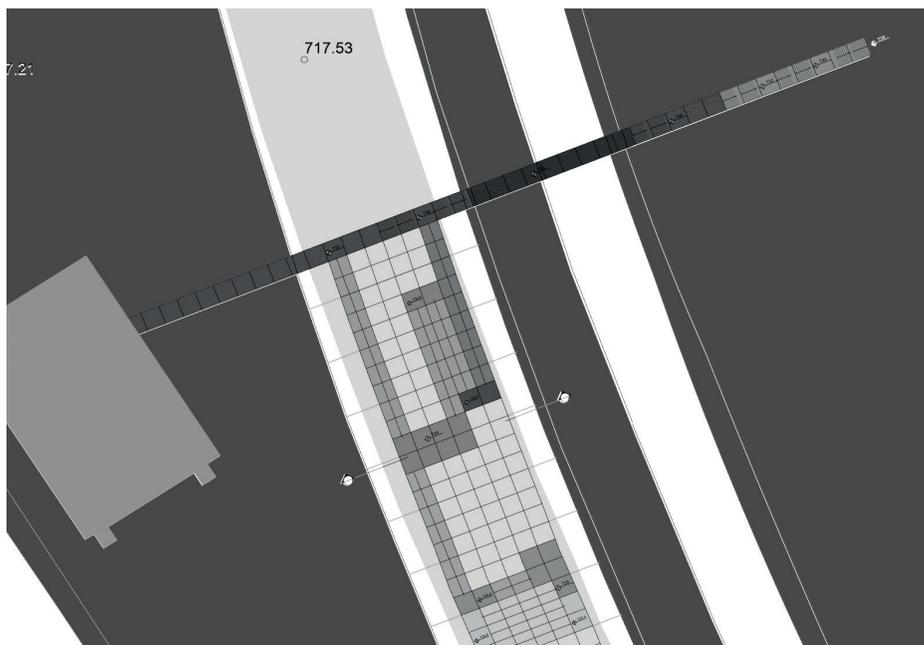


FIG. 10:

Detalhe da intervenção proposta representada em implantação, foto montagem e corte transversal da estrutura; acompanhada de qr Code de acesso a áudio-guia que destaca pontos sensíveis do trajeto misturando descrições das autoras, com narração de notícias sobre fatos recorrentes e acidentes ocorridos no local.

Fonte: Elaborado pelos autores.

INCORPORADORA VAZIOS: A AUTOFICÇÃO E O MERCADO IMOBILIÁRIO

Gabrielli Motta, Leonardo Dias, Marina

Tiellet, Raul Souza, Ricardo Kalil

**Orientação: Profa. Dra. Ana Carolina Tonetti
(Escola da Cidade)**

1. INTRODUÇÃO

O projeto surge em função de estudos multidisciplinares, a partir da temática "Projetos de espaços para respirar".

Nesse sentido, após os debates conceituais e constituintes da base do trabalho, estabeleceu-se um processo intenso de investigação e análise para finalmente conferir à pesquisa uma motivação norteadora.

A princípio, instituiu-se uma discussão a respeito do respiro urbano — ou da falta dele — em termos volumétricos operantes da cidade e em uma escala de ausências e manifestações. Em outras palavras, identificou-se uma série de complexidades ordenadas a um jogo de interesses relacionados à atual condição do espaço metropolitano e à produção de cidade. Nesse contexto, o Vazio surge como um instrumento com determinado poder e influência em um cenário real de disputa de território e manipulação do desenho urbano.

Do ponto de vista mercadológico, ao qual nos referimos, os Vazios aparecem enquanto oferta e programa de investimento, isto é, um produto referenciado em sua capacidade de retorno financeiro, de reprodução e continuidade de um sistema planejado pelo mercado imobiliário e pela lógica corporativista. A partir disso, sinteticamente são encarados como recursos e, dessa forma, acabam também sendo explorados pela concepção simplista de produtividade empreendedora, contaminando a cidade de empreendimentos privados.

Em termos conceituais da palavra — também adotados pela direção desse projeto — os Vazios, inseridos em um contexto citadino de função e de uso do espaço, possuem, na verdade, uma potencialidade própria de expansão e de reafirmação do território. Isto é, em seu real valor, os Vazios deixam de ser meramente absorvidos e passam a dar abertura a

novas configurações que, por sua vez, são autoqualificantes e reguladoras de um desenho de lote relacionado e coerente, também, com seu entorno. O hiato, que é valorizado pela própria existência, subsiste, portanto, enquanto espaço aberto, livre, que beneficia a cidade da virtualidade de não servir exatamente a nada.

Isto posto, compreendeu-se que o Vazio assumiria protagonismo em nossas argumentações durante toda a articulação do trabalho e, conseqüentemente, o conflito da disputa de espaço começava a exigir uma imersão mais bem fundamentada em relação aos mecanismos e processos de atuação do mercado imobiliário como problemática e foco de pesquisa. Assim, apoiando-se na ficção como principal dispositivo de réplica, a Incorporadora Vazios surge como ferramenta e instrumento de adequação a essas linguagens e estratégias corporativistas.

A metodologia adotada pelo grupo, que toma partido de uma aproximação ficcional, faz referência a tempos em que a realidade se tornou tão absurda, em que, portanto, a ficção deixa de parecer tão distante. Por isso, o recorte selecionado para a relativa intervenção projetual foi escolhido também devido a fatores legislativos, econômicos e arquitetônicos: um local de fluxo incessante de transformações espaciais e volumétricas, dadas por intervenções de caráter mercadológico, e a urgência de qualificar e legitimar vazios no centro de São Paulo.

Assim, a estruturação do trabalho seguiu duas principais vertentes, levantamento e projeto: o primeiro como um processo de catalogação e investigação de todo material qualificado como primordial para análise e desenvolvimento de hipóteses; e o segundo como real intervenção projetual e desenho crítico, baseados no estudo de caso e no banco de dados coletado nesse primeiro momento. Ambos, todavia, coexistiram em cada etapa de pesquisa de forma codependente e entreposta, sempre voltando à fundação e retomados quando necessário.

2. LEVANTAMENTO

Identificados os interesses do grupo e consolidada a ideia de que nos

apresentaríamos como uma Incorporadora, a próxima etapa seria investigar a lógica e os mecanismos sob os quais essas operam. Nesse sentido, o filme de Miguel Antunes Ramos, "Banco Imobiliário", foi o gatilho que conduziu nossas primeiras experimentações em direção ao que seria exprimido até a consolidação do produto final exigido pelo Estúdio Transversal.

Com efeito, a fim de colher informações e, de certa forma, mimetizar subversivamente os métodos utilizados pelas empresas que seriam concorrentes da Incorporadora Vazios em uma lógica de mercado, um de nossos primeiros passos foi a inventariação dos empreendimentos inseridos na realidade vigente em nosso recorte geográfico de interesse. Mais ainda, nesse exercício que consistia em mimetizar o comportamento das incorporadoras, fizemos o esforço de enxergar o que elas, de fato, enxergam como vazios, incluindo aqui estacionamentos e edifícios de baixo gabarito.

Nossa estratégia foi uma intensa busca por informações, obtidas tanto pelo acesso aos sites desses empreendimentos como por ligações com corretores de imóvel (que volta e meia nos oferecem apartamentos pelo *WhatsApp*). Tal pesquisa sistematizou o que, num primeiro momento, seriam apenas informações curiosas acerca de nosso objeto de estudo. Isto é, a partir de uma aproximação mais instrumentada, foi possível enxergar através de números e imagens quais eram as diferenças entre esta ou aquela empresa, bem como os diversos públicos-alvo e margens de lucro dessas que seriam as antagonistas na construção de um modelo de cidade justo aos nossos olhos. Dentro dessa pesquisa, foi possível também realizar um levantamento visual do que está sendo oferecido pelas incorporadoras, ou seja, qual é a cara que esses empreendimentos estão dando ao centro.

Ademais, essa imersão nos serviu também como um rico repertório na criação da persona adotada ao longo do semestre, através da qual pudemos absorver certos tipos de comportamento hegemônicos e homogêneos do mercado. Identidade visual, *branding*, jargões específicos e frases de efeito são um bom exemplo disso, como é o caso do

uso dos termos em inglês e de toda uma linguagem construída ao redor da ideia de que os empreendimentos ofertados são sonhos materializados.

3. ESCOLHA DA QUADRA

Em um primeiro momento, ao olhar para o recorte estabelecido dentro da região da Vila Buarque, foi possível perceber algumas características marcantes e particulares do centro da cidade. Entendendo não só a lógica de ocupação do solo, mas também o que acontece nesse solo, quais são os usos, quem é que está ali e desde quando. Essa análise territorial foi essencial para entender o que é que faz do centro o centro, e como esse território está passando por mudanças drásticas em pouco tempo.

Levando em conta essas características, decidimos escolher uma quadra para servir como nosso estudo de caso e área de intervenção, uma que exibisse os atributos que identificamos como comuns da Vila Buarque. Foi aí que chegamos na quadra, que mais tarde chamamos de Buarque Collective, situada entre as ruas General Jardim, Major Sertório, Rêgo Freitas e Amaral Gurgel. Vimos nessa quadra condições que eram compartilhadas com diversas outras da região, o que fazia dela um bom exemplo para um projeto que acreditamos ser maior do que uma intervenção pontual, podendo ser expandido e usado como referência para outras quadras, mas também enxergamos peculiaridades nela que abriam portas para uma intervenção mais específica.

A primeira informação que nos chamou atenção foi a proporção entre os edifícios com mais de 10 m — que denominamos como construções consolidadas — e os com menos — construções vulneráveis. Essa informação nos acompanhou durante todo o trabalho, pois é, em boa parte, o que demonstra a vulnerabilidade do nosso recorte de estudo perante a ação do mercado imobiliário. A compra de edifícios baixos, muitas vezes em conjunto, para serem demolidos e substituídos por grandes empreendimentos é uma postura recorrente pelas incorporadoras. Pode-se dizer que esses edifícios, tanto quanto os estacionamentos, são encarados como "vazios". Já os edifícios mais altos são

de mais difícil remoção, daí o nome de “consolidados”. É justamente esse cenário, de relação entre as construções consolidadas e vulneráveis, que aparece com frequência no centro.

Para além desse caráter dos gabaritos, o outro elemento marcante dessa quadra, e de tantas outras, é a diversidade programática, principalmente nos térreos dos edifícios. Existem, apenas nessa quadra, mais de vinte estabelecimentos com usos diferentes, como motéis, dentista, brechós, loja de cadeiras, adegas, entre vários outros. Essa pluralidade de usos, que acreditamos ser um dos traços mais reconhecíveis da região, era algo, que desde as ideias iniciais do projeto, queríamos manter e usar como partido para o desenho arquitetônico. A possibilidade de ter em um só lugar usos tão distintos é uma discussão muito presente no meio que vivemos como arquitetos; e o trabalho aqui seria de preservar esses usos.

Em relação às peculiaridades da quadra temos o posto de gasolina lindeiro a Rua Amaral Gurgel e o próprio Elevado João Goulart. A presença de terrenos vazios, ou com estruturas de fácil remoção, no centro de São Paulo é bastante incomum e, os que existem, estão sempre em risco de serem comprados e transformados em grandes empreendimentos. Quando entramos em contato com esse terreno, outro tópico de discussão do trabalho aflorou novamente, o de produção de habitação acessível. A presença do posto, antes mesmo de decidirmos trabalhar nessa quadra, gerou discordâncias. De um lado tínhamos ali a oportunidade de consolidar espaços vazios na cidade, mas também de projetar um edifício com um programa que poderia atender ao déficit habitacional presente na região. O desafio da escolha foi outro fator que despertou a curiosidade e vontade de trabalhar ali.

4. DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA PROJETUAL

A proposta desenvolvida pelo grupo levava em conta a leitura realizada sobre a quadra e buscava, através do desenho, possibilidades de ocupação

que materializassem parte das intenções conceituais do trabalho.

O terreno do posto de gasolina paralelo ao Elevado João Goulart nos serviu como lote de entrada à quadra Buarque Collective: inicialmente sob uma leitura que percebe as quadras subdivididas em lotes, aquele era o terreno de maior área e sua construção pré-existente banal contribuía para sua vulnerabilidade ao mercado imobiliário. A construção de um grande vazio foi uma possibilidade, mas ao se voltar mais uma vez ao recorte escolhido, a construção de uma habitação no terreno, se apropriando de sua alta densidade possível — uma limitante e força motora legislativa — associada ao déficit habitacional no centro da cidade, parecia um caminho mais responsivo às questões levantadas nas etapas anteriores. A permanência planejada no terreno permitiria, portanto, a ocupação de maneira intencional e direcionada e afirmaria a possibilidade de um espaço que garantisse uma materialidade que absorvesse as alterações em sua volta. A criação de mais vazios se mostraria ainda em outros aspectos da quadra.

A habitação mencionada compreendia duas torres dotadas de térreos comerciais, totalizando 190 apartamentos e 7 espaços térreos para aluguel. A metragem das unidades seria, na torre A, de 30, 40 e 50 m², simultaneamente à torre B, com 25, 40 e 50 m². A disposição dos apartamentos de forma blocada criava a possibilidade de mesclar unidades ao derrubar uma única parede que as separava, possibilitando a transformação da tipologia e adequação do espaço para múltiplas formações familiares. De qualquer maneira, ainda como unidade, os espaços eram todos constituídos de varandas e disponibilizavam uma espacialidade adequada e de ótima localização.

A partir da estratégia de atuação em tríade — no campo jurídico, econômico e arquitetônico, simultaneamente —, 50% da ocupação dessas torres seria destinada para habitação social. A outra metade estaria aberta ao mercado geral, fundo Fica e Airbnbs, mas voltando seu lucro à viabilidade da primeira intenção. Sob essa ótica, a associação com iniciativas marcantes do contexto neoliberal de produção de cidade, como a destinação de unidades para Airbnbs, não busca legitimá-

las como integralmente funcionais, mas assimilar sua presença a fim de discutir possibilidades de direcionamento e limitação de sua influência atualmente inegável no território. Tal estratégia surge como resposta a uma etapa do levantamento em que se percebeu a disponibilidade de unidades de apartamentos da região, inicialmente voltadas à habitação social, para esse tipo de locação flexibilizada.

Reconhecendo a característica multiplicadora dessas iniciativas e a impotência de transformá-las por completo através de uma medida pontual, limitar sua atuação e direcionar seu uso torna-se parte da proposta.

O terreno de chegada à quadra, no momento seguinte, capilariza-se para o restante do espaço e contribui à sua afirmação enquanto unidade. Através da compra de fundos de lotes e sua demolição, abre-se uma passagem longitudinal que conecta as ruas Amaral Gurgel e Bento Freitas e atravessa a quadra. Além disso, o remanejamento e verticalização de programas existentes conquista outros espaços para constituir não somente um eixo longitudinal, mas conexões transversais que possam gerar mobilidades também entre as ruas General Jardim e Major Sertório. O entendimento de deslocamento através da quadra não mira, portanto, em um único circuito ou destino fechado, mas em mobilidades e leituras de território possíveis.

Os eixos transversais se conectam às ruas através de edifícios que indicam a existência de um pátio interno, além da disposição programática que incorpora suas fachadas internas igualmente ativas e potentes como aquelas viradas para as primeiras ruas. Sua existência se dá pelo fato de que o agrupamento de programas antes contidos em edifícios baixos, como os motéis dispostos em térreo/térreo+1, conquistam novos espaços térreos, e o que seria comumente lido enquanto perda ou subtração passa a ser parte de uma negociação de potencialidades.

O programa inicialmente sugerido para os novos edifícios construídos seria, portanto, a manutenção daqueles que hoje já existem de maneira tão diversa: café, boteco, pequenos comércios, oficinas

mecânicas, uma casa de eventos, motéis... A diversidade quase delirante da quadra, em comparação a uma delimitação setorial de usos convencional, é tida como ponto forte de sua constituição, por garantir ocupações tanto noturnas quanto diurnas, e sobretudo, diversas.

5. CONCLUSÃO

Em síntese, o que deu liga a toda metodologia de pesquisa e, conseqüentemente, norteou as seções de levantamento e de intervenção projetual do estudo aqui exposto, foi a plena competência da tríade de vertentes do âmbito jurídico, econômico e arquitetônico; que cumpriu um papel dual durante o desenvolvimento do trabalho, sendo por vezes estímulo, por vezes adversidade, mas justamente por isso, intrínseca à progressão da pesquisa e do projeto, servindo de muitas formas como apoio às realizações e programas propostos.

Ao retratar a cada momento questões de viabilidade, técnica e legislação, ainda sustentando uma personalidade corporativa que fosse imersa à argumentação tensionada, surgiu uma urgência de adequar o trabalho com um teor mais específico capaz de suprir conhecimentos basilares à continuação do projeto. Isto é, a partir de determinado ponto, apoiar-se em uma resolução mais palpável e mais bem articulada foi iminente à compreensão dos componentes com que trabalhávamos, dentre eles, a proposta de um método viável de intervenção urbana em uma escala de remodelagem a partir da produção de cidade.

Nesse sentido, configurar esses três distintos pilares foi um de nossos maiores desafios, na medida em que, para além do artifício projetual, a estratégia de elaborar um plano financeiro e legislativo que garantisse a viabilidade de nosso projeto exigiu um compilado de competências latentes. Assim, pondera-se que, apesar dessas compreensões não dizerem respeito imediatamente ao saber arquitetônico e urbanístico, mostraram-se, entre nossas análises, de suma importância a partir do enquadramento e escala em que estavam sendo abordados.

Conclui-se, a partir disso, que ao optarmos pelo desenvolvimento de algo suficientemente palatável e o mais próximo possível de uma realidade contemporânea disposta, deparamo-nos também com instrumentos próprios, capazes de influenciar e até mesmo intervir no desenho executivo. Assim, a veracidade que prevalece parte de uma complexidade iminente a um modelo de projeto que prega coerência não só em si, mas principalmente com o seu redor. Mostra-se capaz, portanto, de se prestar ao papel de compreender e influenciar um desenho de cidade ativo e inovador; ou seja, na contramão da mesmice pré-fundamentada de um sistema padronizado por influências hostis, mas, sobretudo, contestáveis.



FIG. 11:
 Mapeamento da área e quadra específica de reflexão e intervenção com identificação das categorias definidas para análise.
 Fonte: Elaborado pelos autores.

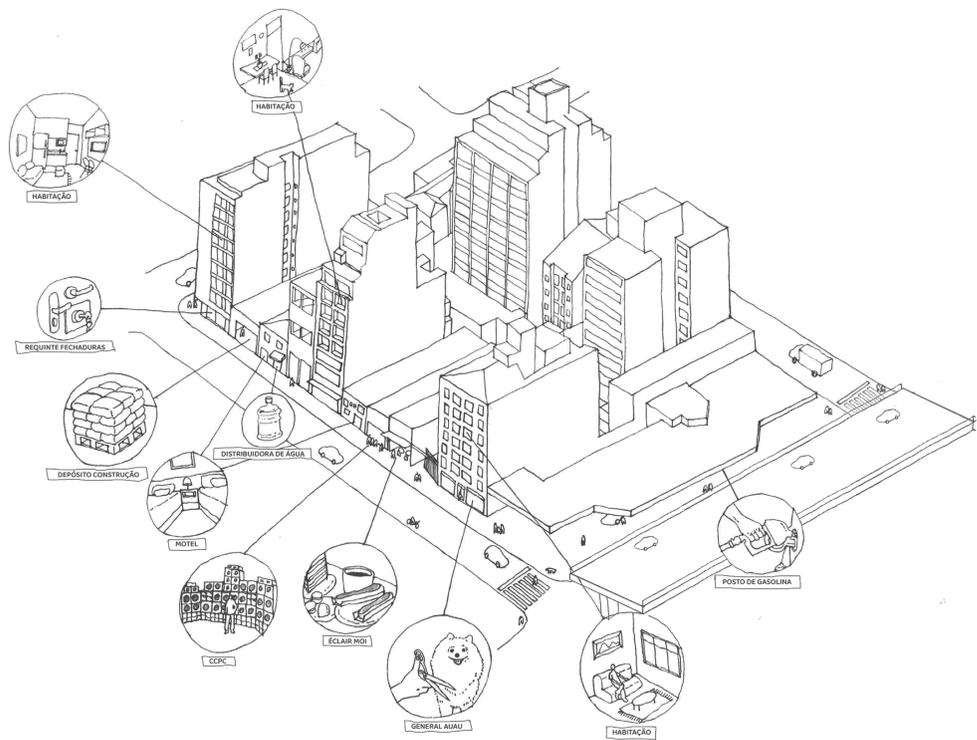
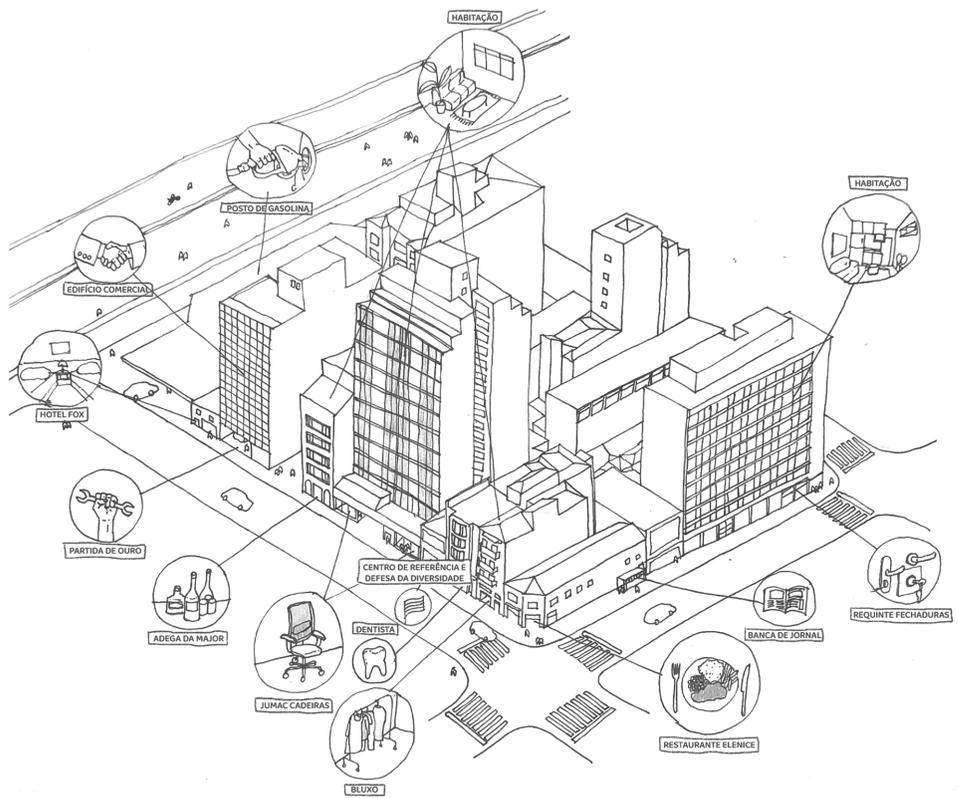


FIG. 12:

Diagramas da quadra de intervenção com identificação de usos.

Fonte: Elaborado pelos autores.

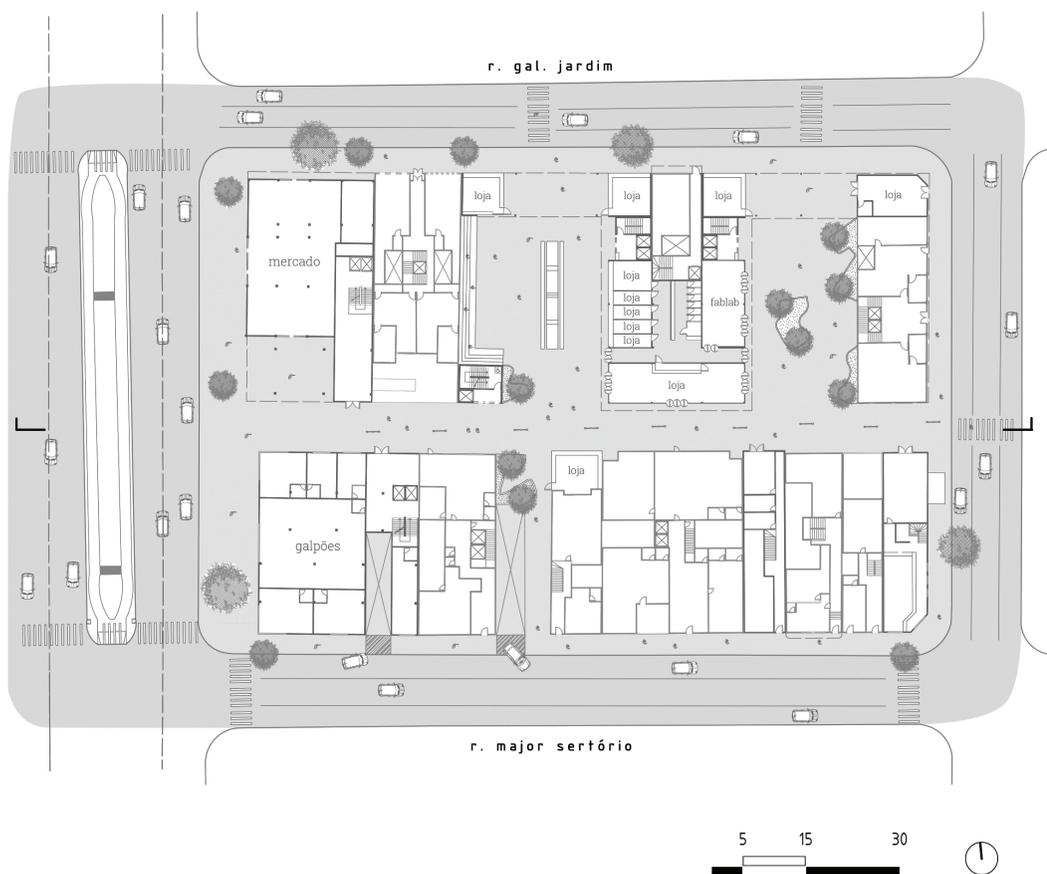


FIG. 13:

Intervenção proposta representada em corte transversal a partir do Elevado Costa e Silva (Minhocão) e planta.
 Fonte: Elaborado pelos autores.

SOBREPONDO VAZIOS: PROPOSTAS PARA O CONJUNTO HABITACIONAL VEREADOR DARIO MARTINS

Ana Candida Perrone, Felipe Augusto Pinheiro Samburgo, Gabriel Talib de Mello, Lia Abrão Ballak Dias, Nathan Montanari
Orientação: Profa. Gabriela de Matos Moreira Barbosa Brandão
(Escola da Cidade)

Para o filósofo camaronês Achille Mbembe (2020) o ato de respirar ou, na antítese, asfixiar, assume incontáveis acepções, especialmente no atual contexto pandêmico. Ao introjetar a dualidade do respirar/sufocar como eixo central da nossa pesquisa, partimos em busca dos espaços, próximos ou distantes de nós, onde essa dinâmica se faz mais presente.

1. ESTUDOS INICIAIS

Abordamos o tema através de registros gráficos e textuais de uma análise subjetiva do contexto de confinamento dos integrantes da equipe. Inicialmente, tratamos primordialmente das janelas, tanto em sentido literal quanto figurativo, e outras formas de conexão e inserção na cidade pandêmica, bem como do papel do entorno — conceito vasto nesse momento — para a criação de bem-estar para o indivíduo. Passamos, em seguida, a questionar outras dinâmicas pandêmicas, evidenciando o contraste de pessoas que se encontram em situações inviabilizadoras — seja de ordem econômica ou social — do confinamento, ou até mesmo, em casos extremos, mas comuns, de abrigo.

Instigados, exploramos o conceito de abrigo em diversas dimensões, determinando sua natureza mais plástica. Assim, demos o sentido de pertencimento a determinado ambiente e comunidade para além da definição denotativa de "abrigar". Aprofundando-nos nesse conceito, para o desenvolvimento deste trabalho, entendemos abrigo como um espaço concreto, temporário ou não, que acolhe o indivíduo das intempéries físicas e/ou emocionais. Trabalhar com o conceito de abrigo foi, para nós, trabalhar em diferentes escalas, espaciais, territoriais,

urbanas e até mesmo emocionais. O conceito de abrigar se vincula assim tanto à noção de pertencimento aos ambientes, quanto ao teto que pode cobrir nossas cabeças. O abrigo pode ser ou não precário, mas no contexto urbano das grandes metrópoles não é voluntário para parte da população mais carente da sociedade.

Em um segundo momento, partimos para a exploração do abrigar como função estatal, concretizada através dos programas de fomento ou desenvolvimento direto de habitações para a população carente, com enfoque no estado de São Paulo.

Analisando os dados levantados nessa primeira pesquisa — ainda abstrata, de certo modo, por sua natureza panorâmica — notamos que o padrão construtivo das unidades de habitação popular permanece o mesmo desde sua gênese, com mudanças pontuais.

2. ESTUDOS ACERCA DA HABITAÇÃO POPULAR

O primeiro programa habitacional popular estatal de São Paulo, criado no vácuo de políticas públicas federais não vinculadas a determinadas categorias profissionais, foi a Caixa Estadual de Casas Para o Povo (Cecap), em 1949, posteriormente renomeada Companhia Estadual de Casas Populares, mantendo o acrônimo. Idealizada pelo então governador Adhemar de Barros, foi instituída como uma autarquia cujo objetivo seria suprir a crescente demanda por habitações populares no estado. Contudo, em função da falta de recursos destinados à habitação, existiu apenas nominalmente até fevereiro de 1964, quando foi inserida no Sistema Financeiro de Habitação e Banco Nacional de Habitação (SFH/BNH) (ROYER, 2002).

Com o crescimento populacional vertiginoso, a movimentação populacional interna desigual e as consequentes pressões habitacionais, o Regime Militar, marcadamente populista, iniciou a instauração do idílio da casa própria no ideário brasileiro. Concomitantemente, através da atuação do BNH por todo o país foram erguidos os primeiros conjuntos dessa nova era. Em função da preocupação primária com o baixo custo das unidades,

tais conjuntos foram instalados em regiões distantes dos centros urbanos — e dos empregos e serviços, conseqüentemente — sem a devida preocupação tanto com o contexto, quanto com a contextualização urbana desses conjuntos, bem como com a qualidade física e arquitetônica das próprias habitações.

Dentre as milhares de unidades produzidas pela companhia destaca-se o conjunto Zezinho Magalhães, em Guarulhos, inaugurado em 1972, com projetos de Vilanova Artigas, Fábio Penteadó e Paulo Mendes da Rocha. O projeto brilha na medida em que destoa da média da produção habitacional da Cecap, e apesar da associação óbvia e automática ao programa, não é, de forma alguma, representante sincero de sua produção.

Na década de 1980, com a extinção da Cecap, houve a tentativa de criação de diversos programas habitacionais que a substituíssem, quais sejam: a Companhia de Desenvolvimento de São Paulo (Codespaulo), de Paulo Maluf, em 1981; a Companhia de Desenvolvimento Habitacional (CDH), de Franco Montoro, em 1984; e por fim, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), criada em 1989 por Orestes Quércia sob a égide da Constituição Cidadã, perdurando até 2020, quando foi extinta pelo atual governador, João Dória, em meio a sua reforma fiscal e administrativa.

Apesar de ter perdurado durante toda a Sexta República, a CDHU não apresentou mudanças significativas na forma de produção habitacional popular, primando, em regra, pelo baixo custo em detrimento da qualidade habitacional, urbanística e social, sofrendo dos mesmos vícios dos programas anteriores (REIS FILHO, 2016).

3. RECORTES TEMÁTICOS

Pelo caráter crítico da questão habitacional paulista, vários projetos eram de aprofundamento. Contudo, observando os índices de desenvolvimento regionais, optamos por restringir nosso campo de busca às 25 cidades que compõem o Vale do Ribeira, considerada a região mais vulnerável pelo governo estadual. Com o recorte geográfico definido, elegemos o município de Iguape como foco, tanto

pela sua importância histórica, quanto pela presença em seu território de três conjuntos habitacionais de diferentes programas e épocas, federais e estaduais, demonstrando a alta demanda por moradia na cidade, além de proporcionar bases comparativas contextuais.

A ocupação dos territórios de Iguape é uma das mais antigas do Brasil, remontando ao período colonial. Fundada por volta de 1537, foi palco de eventos diversos como os conflitos entre a Confederação dos Tamoios e os colonos portugueses, e a recepção das primeiras ondas migratórias japonesas para o Brasil. Seu primeiro auge econômico ocorreu no século XVII, durante o ciclo do ouro, quando a cidade recebeu a primeira Oficina Real de Fundição de ouro do Brasil, ensejando a construção de seus primeiros grandes casarões. Ao final do século XVIII, a cidade passou pelo ciclo do arroz, produto que seria, inclusive, premiado como melhor arroz do mundo na Itália, em 1911.

A cidade foi cortada ao meio, no século XIX, pelo canal do Valo Grande, alimentado pelo rio Ribeira de Iguape, umas das maiores obras hidráulicas da costa brasileira à época. Construído para facilitar o escoamento do arroz da região em direção ao mar pequeno era, inicialmente, um canal estreito que foi se alargando com a erosão do solo. Em sua margem direita se localiza o centro histórico e eixo comercial da cidade, onde ainda hoje reside a população com renda mais alta. Em sua margem esquerda está o bairro do Rocio, um bairro precário, de ocupação recente e pouco ordenada, com poucas opções de serviços e lazer, onde se concentra a moradia da população de menor renda. Os habitantes de ambas as margens dependem do centro histórico expandido, que concentra o maior número de empregos, variedade de serviços e opções de lazer, o canal, portanto segrega apenas os espaços habitacionais.

Existem três conjuntos habitacionais em Iguape: o mais antigo, de 1956, concebido pelo programa Cecap, está instalado em um quarteirão próximo ao centro da cidade e, hoje, já está totalmente descaracterizado por mudanças tipológicas e estéticas nas residências. No bairro do Rocio estão o conjunto Vereador Dario Martins e outro do programa Minha

Casa Minha Vida. O conjunto Vereador Dario Martins, construído pelo CDHU, entregue em 2003, é o maior da cidade, contando com treze quarteirões. Já o Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, entregue em 2015, após numerosos atrasos, conta com cinquenta residências distribuídas em três quadras.

4. CAMPO DE INTERVENÇÃO

Dentre as opções citadas anteriormente, designamos como objeto de intervenção o conjunto habitacional Vereador Dário Martins, primariamente, em razão de sua localização e construção relativamente recente, mas já consolidada, de certo modo. Sua configuração atual possui evidentes alterações, marcas do uso e das adaptações feitas pelos moradores, mas que não são uma desfiguração total do projeto original, permitindo que abordássemos tanto o desenvolvimento do projeto ao longo destes dezessete anos, quanto elementos da sua tipologia original.

Através da Lei Municipal Nº 1.465 de 10 de abril de 1997, o conjunto é oficialmente nomeado. Ainda no mesmo ano, outro ato legislativo define a nomenclatura de suas futuras doze ruas. Suas unidades possuíam, originalmente, duas tipologias: de 29,6 m², um quarto e um banheiro; e de 38,4 m², com dois quartos e um banheiro. Conecta-se ao centro histórico da cidade somente por uma estreita passarela de pedestre e por uma ponte na Avenida Carvalho Pinto.

Assim como em todos os outros projetos de habitação popular, as tipologias oferecidas pela CDHU se mostraram inadequadas para seus ocupantes, resultando em alterações na imensa maioria das unidades entregues, moduladas informalmente conforme as necessidades de cada família e do conjunto como um todo, onde não foram previstas áreas comerciais. Ademais, salvo um centro comunitário — atualmente em ruínas e ocupado informalmente por duas famílias —, uma creche murada, e uma quadra dilapidada, as áreas do loteamento destinadas ao desenvolvimento de projetos institucionais se encontram abandonadas, acumulando lixo e entregues ao tráfico e uso de entorpecentes. Hoje, muitas áreas

do conjunto pouco lembram um projeto de habitação social.

5. PESQUISA DE CAMPO

O processo projetual do grupo foi feito em duas frentes, a da habitação e a do espaço público. Na primeira foram catalogadas as modificações que os moradores realizaram em suas unidades habitacionais e, a partir delas, foi elaborado um guia de expansão das unidades, contendo uma área para lavanderia, criação de dormitórios adicionais, além da opção de um espaço para comércio na parte da frente do terreno, que é essencial devido à distância do conjunto ao eixo principal. A segunda frente focou nos espaços livres subutilizados, são sete terrenos que nas condições atuais estão cobertos de mato, sem uso útil para os moradores, que demonstraram o desejo de requalificação espacial.

Surgiu, portanto, o anseio de validar tanto as propostas tipológicas já pré-estabelecidas, quanto qualquer tipo de programa que seria criado para os loteamentos desocupados, de acordo com as necessidades reais dos moradores. Foi, desta forma, feita uma pesquisa de campo, com a finalidade de entender e alinhar o que seria proposto, junto com os moradores.

Para as entrevistas realizadas na pesquisa de campo foram organizados dois eixos de questionamento. Um versando sobre a habitação em si, e outro acerca da contextualização espacial — locomoção, acesso a serviços básicos etc. — e dia a dia do conjunto. Com relação às residências, os moradores já as modificaram ao longo do tempo de forma que se adequassem às suas necessidades; não foram elencadas questões inerentes às residências em si como preocupação central. Em contraponto, os diálogos invariavelmente gravitavam para os espaços públicos, ou melhor, sua ausência. Para a maioria absoluta dos entrevistados, o ócio das áreas reservadas para o desenvolvimento de projetos institucionais atrai uma variedade de problemas para a comunidade, que vão desde os mais prosaicos, como a falta

de sombra, até questões de segurança pública, como o tráfico de drogas, passado determinado horário.

De modo geral, todas as reclamações eram carências oriundas da ausência e ineficácia do poder público nesse bairro periférico. A parca infraestrutura de que dispõe o conjunto ou fora instalada pelos próprios moradores, ou conquistada através de ação coordenada junto à prefeitura, o que se mostrou ineficaz, pois, segundo alguns moradores, diversos pleitos não foram atendidos.

Agora está começando acumular lixo, se houvesse uma academia, uma praça alguma coisa não ficaria assim. (Anie, 39 anos, trabalhadora autônoma).

Olha o lazer é aqui embaixo da árvore [...] não tem outro lugar para ir. (Geraldo, 75 anos, motorista aposentado).

Ah mas não adianta [instalar equipamentos em áreas públicas]. Aqui vai virar bagunça, tem muito drogado. Demais. É feio de ver a noite aqui. (Denise, 70 anos, empregada doméstica).

Identificadas as carências e orientados pelo desejo dos moradores, passamos, finalmente, à fase propositiva. Da transmutação de habitação em abrigo através da inclusão comunitária e revitalização espacial.

6. O PROJETO: INTERVENÇÕES ILUSTRADAS

Como intervenção inicial, buscou-se trabalhar as necessidades básicas elencadas pelos moradores, nominalmente a iluminação do espaço e coleta de lixo, ambas agregadoras do sentimento de insegurança e abandono pelo poder público prevalentes entre os moradores. Desta maneira foram realizados e mapeados programas que pudessem resolver os problemas elencados.

Com as questões básicas já trabalhadas, o projeto passou para a etapa de proposição de programas e revitalização espacial a partir dos sete loteamentos vazios do conjunto. Estes foram unificados e por vezes redesenhados, criando assim,

quatro núcleos de convivência de diferentes programas.

- Pomar, Horta, Lazer e Convivência: para estes lotes o programa designado foi a criação de uma grande área arborizada com árvores frutíferas, uma pequena área de convívio, construção de uma quadra de areia para complementar o espaço de lazer, e instalação de horta comunitária com composteira e galpão de equipamentos.
- Núcleo Central de Convivência: A localização central desses lotes no contexto do conjunto se prestava à função de nó para as intervenções atuarem em conjunto. A intenção de tornar a escola ponto central de convívio gerou uma intervenção no muro que a isolava do tecido urbano e programas para diferentes faixas etárias. Para tanto foram criados um parque infantil, a quadra foi restaurada, com a instalação de uma arquibancada, o centro comunitário foi integrado — atualmente em ruínas —, e uma praça pavimentada para usos diversos.
- Núcleo de Atividades Físicas: Área especificamente designada para o esporte, atendendo a demandas diretas da população, configurada ao redor de um eixo transversal, que divide a praça entre uma área de academia ao ar livre e um espaço verde sombreado, circundados por uma pista de *cooper*.
- Centro de Encontros: Buscando preservar as relações de uso que já se desenvolviam nos espaços, quando positivas, mantivemos o programa ali existente. Nesse terreno de esquina está instalada uma cobertura provisória anexada a uma casa transformada em bar e frequentada pelos moradores da região. Desta maneira, foi trabalhada apenas a reabilitação espacial, de forma a oficializar o uso pré-existente e expandi-lo a todo o lote, criando uma praça de suporte ao comércio alimentar ambulante, bares e/ou restaurantes e banheiros públicos.

7. CONCLUSÃO

Sem um objetivo específico inicial, a aproximação livre do tema geral para o desenvolvimento do estudo possibilitou

tomar caminhos que permitiram chegar a pontos inesperados. O engajamento constante e a pluralidade de perspectivas do grupo foram essenciais e enriquecedoras para o processo projetual. Ao invés de ser um entrave, a disposição de explorar diferentes campos tornou-se o próprio eixo de pesquisa, produzindo um caminho orgânico, mas racional e concatenado.

Ao permitir que o olhar para o abrigo vagasse fluidamente e ultrapassasse suas fronteiras tradicionais, para abarcar também o contexto coletivo de abrigar, cristalizou-se a importância, principalmente em momentos de crise, como o atual, de se atentar para as diferentes experiências de moradias, de ocupar, de viver e de experimentar o (e no) espaço público.

O projeto pode ser interpretado como um grande processo de estudo que, apesar da especificidade do produto foi, sobretudo, um trajeto de aprendizado único.

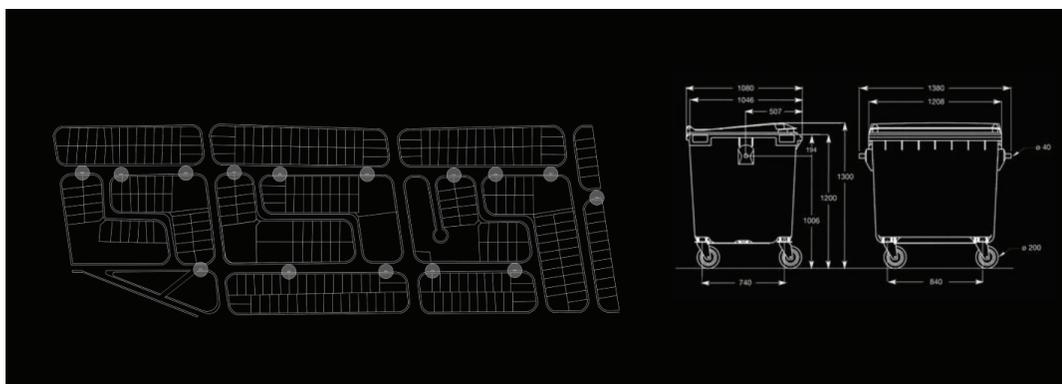


FIG. 14:

Mapa de análise das distâncias espaciais do conjunto habitacional estudado; e proposta do programa de coleta de lixo e disposição de lixeiras comuns.

Fonte: Elaborado pelos autores.

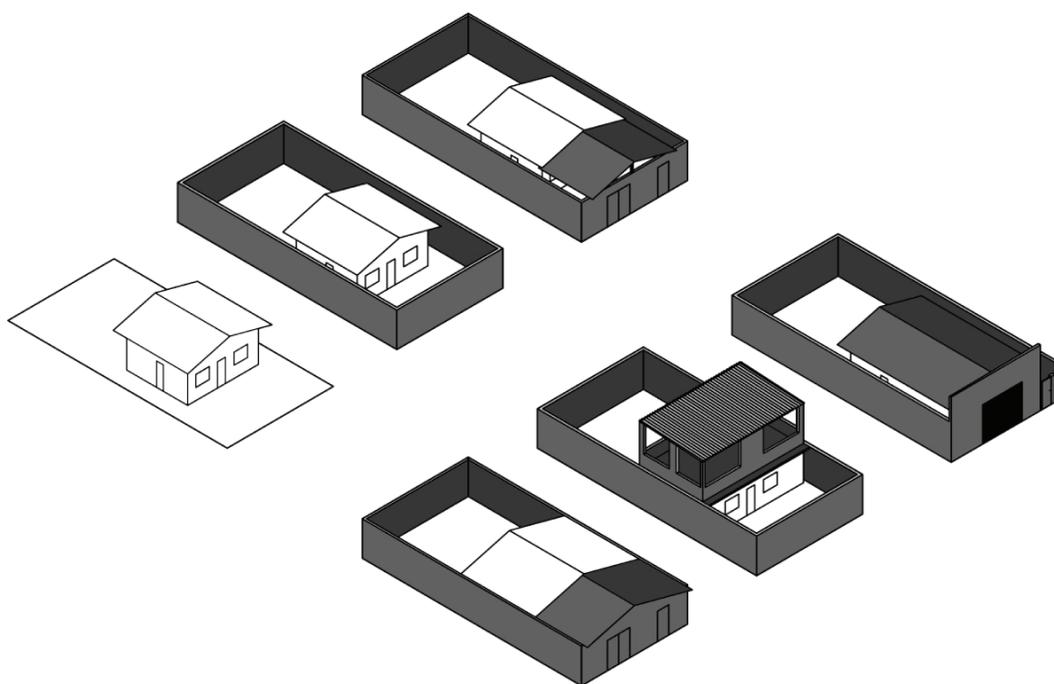


FIG. 15:

Diagrama e plantas baixas das proposições de expansão para as tipologias originais nos lotes.

Fonte: Elaborado pelos autores.

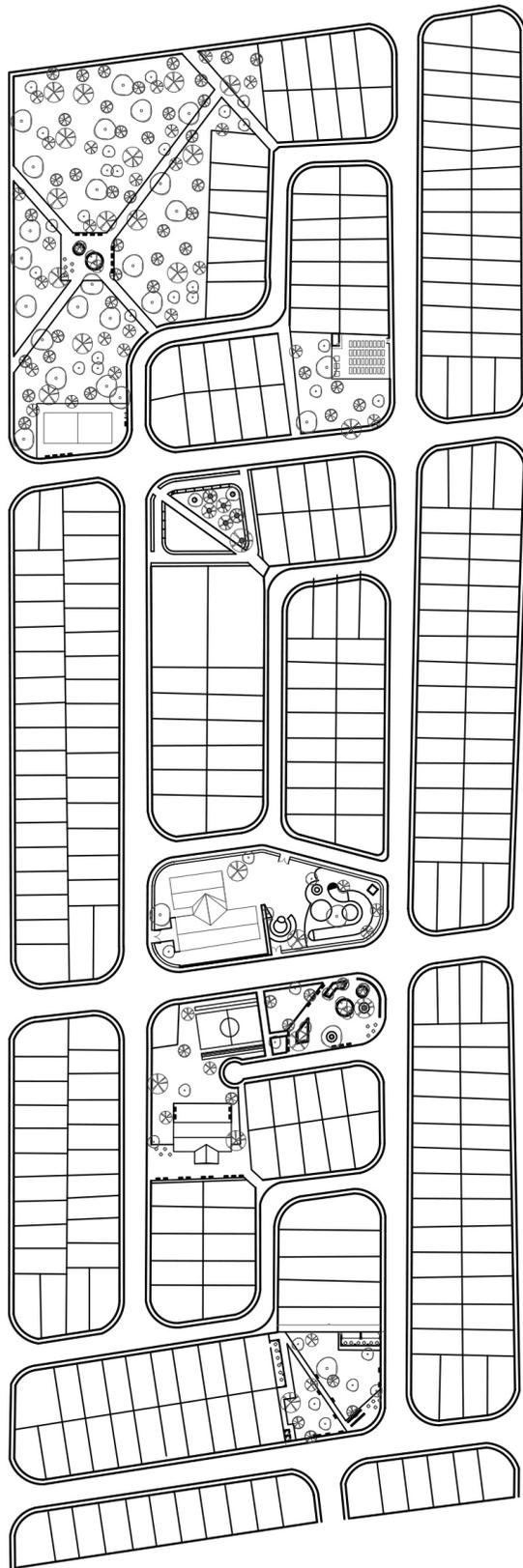


FIG. 16:

Planta do conjunto com intervenções de áreas livres propostas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

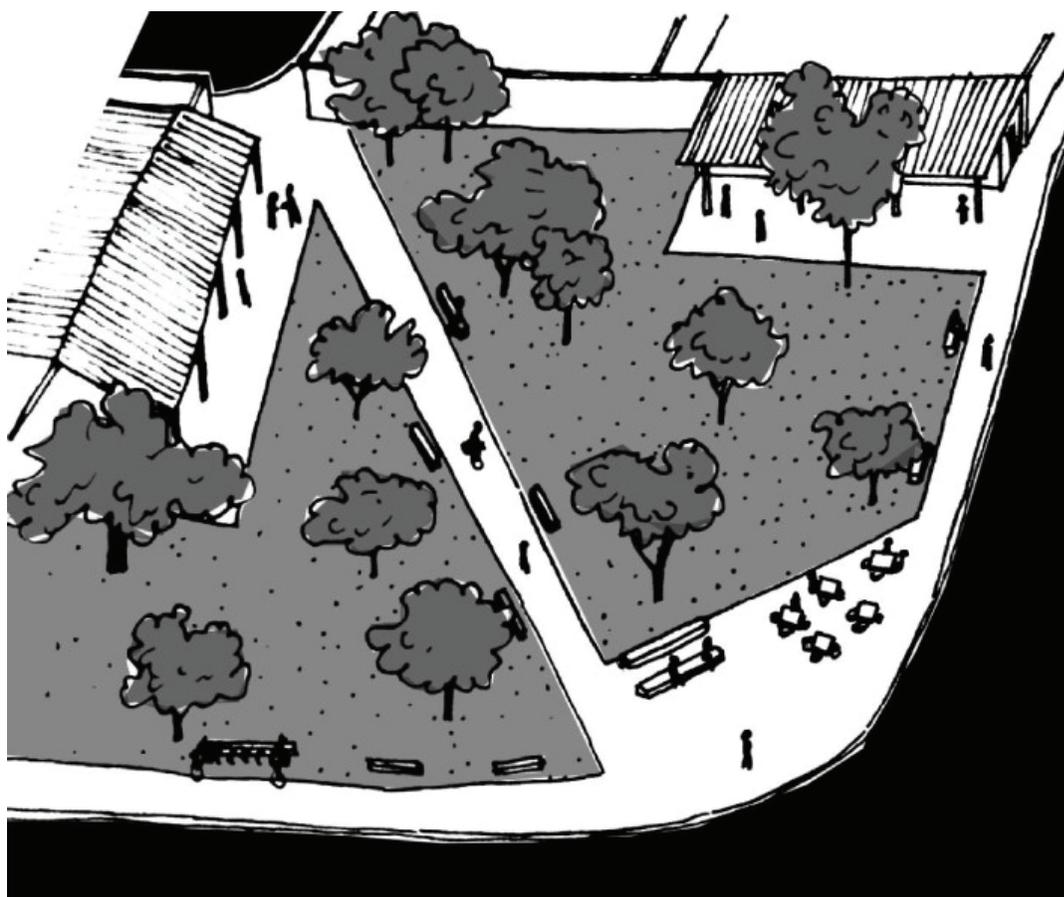


FIG. 16:

Croqui da proposta do Centro de encontros.

Fonte: Elaborado pelos autores.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto; MARTÍNEZ, Esperanza; MACAS, Luis; MELO, Mario; TAVARES, Paulo. Direitos não humanos. **Piseagrama**, n.10, p.2-9, 2017.
- ARTIGAS, J. B. V.; PENTEADO, F.; ROCHA, P. M. **Ficha técnica CONJUNTO HABITACIONAL CECAP-CUMBICA**. Arquitetura Brutalista. Disponível em: <www.arquiteturabrutalista.com.br/fichas-tecnicas/dw%201967-96/1967-96-fichatecnica.htm>. Acesso em: set. 2020.
- BAER, Alejandro. **Holocausto: recuerdo y representación**. Madri: Losada, 2006.
- BARBOSA, Mariana. Na Magik Jc, a habitação popular sai com as grifes Andrade Morettin e Isay Weinfeld. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 set. 2020. Disponível em: <blogs.oglobo.globo.com/capital/post/na-magik-jc-habitacao-popular-sai-com-grifes-andrade-morettin-e-isay-weinfeld.html>. Acesso em: set. 2020.
- BEIGUELMAN, Giselle. A cultura do coronavírus: prólogo do confinamento. O espaço público é a primeira vítima fatal. **Revista Select [online]**, 2020. Disponível em: <www.select.art.br/coronavida/>. Acesso em: nov. 2020.
- BESSE, Juan. Memoria urbana y lugares patrimoniales. Elementos teóricos para el abordaje de las marcas territoriales asociadas a acontecimientos políticos. In: **Anales do Workshop Internacional Desplazamientos, Contactos, Lugares**. La experiencia de la movilidad y la construcción de "otras geografías", UBA/CONICET, Buenos Aires, 2005.
- BRITAIN'S brutalist playgrounds — in pictures. 2015. Disponível em: <www.theguardian.com/artanddesign/gallery/2015/jun/09/britains-brutalist-playgrounds-in-pictures>. Acesso em: dez. 2020.
- CAPELA Nossa Senhora dos Afritos. Condephaat. Disponível em: <condephaat.sp.gov.br/benstombados/capela-dos-afritos/>. Acesso em: dez. 2020.
- CARMAGNANI, Maria Pia Q. E. **Retornando ao centro: a nova produção imobiliária no distrito da República**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.
- CATELA, Ludmila da Silva. **Situação-Limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares e desaparecidos da Argentina**. São Paulo: Anpocs; Aderaldo & Rothschild, 2001.
- CENTRAL PARK is the "green lung" of the new urbanization that grown up around the new shopping mall in Akasya. Sdarch Trivelli & Associati, Alhadeff Architects. **Divisare**, 14 jul. 2017. Disponível em: <divisare.com/projects/348607-sdarch-trivelli-associati-alhadeff-architects-akasya-central-park>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- CUTIERU, Andreea. Preenchendo lacunas: a arquitetura dos espaços residuais. **Archdaily Brasil**, 19 set. 2020. Trad. Romullo Baratto. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/947309/preenchendo-lacunas-a-arquitetura-dos-espacos-residuais>. Acesso em: set. 2020.
- CYMBALISTA, Renato (Org.). **Guia dos lugares difíceis de São Paulo**. São Paulo: Annablume, 2019.
- DOLFF-BONERKÄMPER, Gabi. Sites of Hurtful Memory. **The Getty Conservation Institute Newsletter**, 17, 2002. Disponível em: <www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/17_2/feature.html>. Acesso em: abr. 2021.
- EASTERLING, Keller. **Subtraction**. Berlim: Sternberg Press, 2014.
- ENGELS, Friederich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- HUYSEN, Andreas. Mapeando o Pós-Moderno. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. p.15-80.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- GESSI, Renan. **A iniciativa privada promove o lazer em São Paulo: o caso do Parque Shangai (1937-1968)**. Guarulhos, São Paulo. 2017. Disponível em: <docplayer.com.br/106421849-A-iniciativa-privada-promove-o-lazer-em-sao-paulo-o-caso-do-parque-shanghai.html>. Acesso em: dez. 2020.
- GORELIK, Adrián. **Seminário ciudad y memoria**. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2009.
- _____. La memoria material: ciudad y historia. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani**, n.33, p.181-187, jan./dez. 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARDINGHAM, Samantha. **Cedric Price Works 1952-2003: A forward-minded retrospective**. Londres: Architectural Association Publications, 2016.
- HELOU, A. **Tiquatira em construção**. Catarse. Disponível em: <www.catarse.me/tiquatiraconstrucao>. Acesso em: nov. 2020.
- HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- INFORMES URBANOS. **O que está sendo lançado em São Paulo**. Disponível em: <www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/informes_urbanos/?p=264156>. Acesso em: ago. 2020.
- JACQUES, Paola B. **Fantasmata modernos: montagem de uma outra herança**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- JANEIRO, Pedro. A imagem do Vazio na cidade. Comunicação apresentada no SEU 2007 — **Seminário de Estudos Urbanos, Vazios Insitu, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)**, jul. 2007, Trienal de Arquitetura de Lisboa, 2007.
- JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.
- KEATING, Vallandro; MARANHÃO, Ricardo. **Caminhos da conquista: a formação do espaço brasileiro**. São Paulo: Terceiro Nome, 2008.
- KRENAK, Ailton. **20 ideias para girar o mundo**. Disponível em: <www.youtube.com/watch?v=f48HAuobNPc>. Acesso em: ago. 2020.
- LATOUR, Bruno. **Imaginar gestos que barrem o retorno da produção pré-crise**. Disponível em: <www.n-1medicoes.org/textos/28>. Acesso em: nov. 2020.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.
- LEVÍN, Florencia (comp.). **Historia Reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007.
- LICHOTTI, Camille; BUONO, Renata. A geografia macabra da Covid-19. **Piauí**, 3 de ago. 2020. Disponível em: <piaui.folha.uol.com.br/geografia-macabra-da-covid-19/?utm_campaign=a_semana_na_piaui_17&utm_medium=email&utm_source=RD+Station>. Acesso em: nov. 2020.
- LIMA, B. A. A. de; ZANIRATO, S. H. Uma revisão histórica da política habitacional brasileira e seus efeitos socioambientais na metrópole paulista. I **Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social**, Unesp, 2014.
- LIXEIRAS BH. Disponível em: <www.1001embalagens.com.br/produtos?categoria=containers#>. Acesso em: nov. 2020.
- MELO, Berta de Oliveira. **Águas errantes: uma narrativa sobre o Rio Tamanduateí**. 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MBEMBE, Achille. **O direito universal à respiração**. Instituto Humanitas, 2020. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/78-noticias/598111-o-direito-universal-a-respiracao-artigo-de-achille-mbembe>. Acesso em: nov. 2020.
- MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrivão: uma história de Wall Street**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.
- NEVES, Deborah R. L. **A persistência do passado:**

- patrimônio e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-8, dez. 1993.
- NOTO, Felipe. **O quarteirão como suporte da transformação urbana de São Paulo**. 2017. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- ODD LOTS: Revisiting Gordon Matta-Clark's **Fake Estates**. **Cabinet Magazine**, Nova York, 2005. Disponível em: <www.cabinetmagazine.org/books/odd_lots.php> Acesso em: ago. 2020.
- OLIVEIRA, Abrahão de. **O monumento polêmico de SP: os arcos do Jânio**. 28 jul. 2017. Disponível em: <www.saopauloinfoco.com.br/historia-arcos-do-janio>. Acesso em: dez. 2020.
- OLIVEIRA, Abrahão de. **Uma vida dedicada à saúde da mulher: a contribuição de Pérola Byington**. 18 jun. 2015. Disponível em: <www.saopauloinfoco.com.br/uma-vida-dedicada-saude-da-mulher-contribuicao-de-perola-byington/>. Acesso em: dez. 2020.
- OU DENAMPSEN, Merjin. A cidade como playground. **Piseagrama**, 2011. Disponível em: <piseagrama.org/a-cidade-como-playground/>. Acesso em: ago. 2020.
- PATERNIANI, Stella Z. Raça e cidade: para descolonizar a produção de conhecimento sobre São Paulo. **Revista América**, n.2, 2020. p.52-63. Disponível em: <ojs.escoladacidade.org/index.php/america/article/view/61>. Acesso em: ago. 2020.
- PEREIRA, Matheus. Parque da Juventude: Paisagismo como ressignificador espacial. **Archdaily Brasil**, 2017. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/880975/parque-da-juventude-paisagismo-como-ressignificador-espacial>. Acesso em: dez. 2020.
- POLLAK, Michael. **Memória, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones límite**. La Plata: Ediciones Al Margen, 2006.
- PORTAL DO BIXIGA. Casa de Dona Yayá. Disponível em: <www.portaldobixiga.com.br/casa-da-dona-yaya/>. Acesso em: dez. 2020.
- PULHEZ, M. A. Gestão da política habitacional em São Paulo: Notas sobre as interações entre Estado e empresas privadas. **SciELO**. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002016000200099>. Acesso em: set. 2020.
- QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p.117-142. Disponível em: <biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: ago. 2020.
- QUINTA MONROY / ELEMENTAL. 2012. Projeto de Alejandro Aravena, ELEMENTAL. **Archdaily Brasil**. Disponível em: <www.archdaily.com.br/01-28605/quinta-monroy-elemental>. Acesso em: dez. 2020.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. CDHU 50 anos. [Prefácio]. **CDHU: 50 anos promovendo a habitação social do Estado de São Paulo** [S.L: s.n.], 2016. Acesso em: 2 nov. 2020.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora Unicamp, São Paulo, 2000.
- ROYER, L. **Política Habitacional no Estado de São Paulo: Estudo sobre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, CDHU**. FAUUSP. Disponível em: <www.fau.usp.br/deprojeto/labhab/biblioteca/teses/royer_mestrado_polithabsp.pdf>. Acesso em: out. 2020.
- SANTORO, Paula. Novos empreendimentos no centro de SP: tudo diminui, menos o preço! **LabCidade**, 17 set. 2018. Disponível em: <www.labcidade.fau.usp.br/novos-empresendimentos-no-centro-de-sp-tudo-diminuiu-menos-o-preco/>. Acesso em: ago. 2020.
- SANTOS, Amália; KOK, Glória. O Cemitério dos Afritos e outros territórios negros da cidade de São Paulo. **ArchDaily Brasil**, 28 set. 2020. Disponível em: <www.archdaily.com.br/br/948368/o-cemiterio-dos-afritos-e-outros-territorios-negros-da-cidade-de-sao-paulo>. Acesso em: dez. 2020.
- SANTOS, M. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SATO, Francisco N. **Cine Niterói**. Disponível em: <www.culturajaponesa.com.br/index.php/historia/imigracao/cine-niteroi/>. Acesso em: dez. 2020.
- SCHINDEL, Estela. Inscriptur el pasado en el presente: memoria y espacio urbano. **Política y Cultura**, n.31, p.65-87, 2009.
- TRAVERSO, Enzo. Historia y memoria: notas sobre un debate. In: FRANCO, Marina; LEVÍN, Florencia. **Historia Reciente**. Perspectivas y desafíos para un campo en construcción. Buenos Aires: Paidós, 2007, p.67-97.
- TSCHUMI, Bernard. **The Manhattan Transcripts**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 1994.
- VARGAS, Diego v.; JAYO, Martin. Para uma história dos Arcos do Bixiga. **Vitruvius**, ano 20, abr. 2020. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/20.239/7672>. Acesso em: dez. 2020.
- VILLAÇA, Flávio. **O espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2011.

ACERVOS

MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO. Disponível em: <www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br/PORTALACERVOS/ExibirAcervo.aspx?cdAcervo=10> Acesso em: dez. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO (acervo on-line).

O ESTADO DE SÃO PAULO (acervo on-line).

INSTITUTO MOREIRA SALLES. Disponível em: <ims.com.br/> Acesso em: dez. 2020.

PREFEITURA DE IGUAPE. Acervo de fotos.

AUTORES

Alexandre Duarte Bassani, Ana Candida Perrone, Beatriz Hinkelmann, Camilla Abdallah, Dora Camarero, Felipe Augusto Pinheiro Samburgo, Gabriel Talib de Mello, Gabrielli Motta, Leonardo Dias, Lia Abrão Ballak Dias, Luiza Gibertoni Leite, Maria Clara Calixto de Andrade, Maria Meira Vasconcelos, Marina Tiellet, Nara Gonçalves Albiero, Nathan Montanari, Pedro Flosi Trama, Raul Souza, Ricardo Kalil, Tamara Crespin e Thiago Costa Neto são alunos da graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade.

bassani.ale@gmail.com
 anacandida_123@hotmail.com
 beatrizhink@gmail.com
 camilla1601@gmail.com
 doracamarero@gmail.com
 felippesamburgo@outlook.com
 talib1630@outlook.com
 gabriellimotta@hotmail.com
 leonardonevesd@gmail.com
 liaabrao@gmail.com
 luizagiber@gmail.com
 mclaracalixto@gmail.com
 mariameira4@gmail.com
 marina.tiellet@gmail.com
 naraalbiero@gmail.com
 nathanmontanari1103@gmail.com
 pedroframa@gmail.com
 rauldeoliveirasouza@gmail.com
 ricakalil@uol.com.br
 tresp1999@gmail.com
 thiago_cn1@hotmail.com